



Corporação Interamericana
de Investimentos

Agregamos valor às PMEs da América Latina e do Caribe

Relatório Anual 2011

SUMÁRIO

Carta de envio **2**

Carta do Gerente Geral **3**

Agregamos valor às PMEs da América Latina e do Caribe

Produtos financeiros

Financiamento de empresas **12**

Financiamento de instituições financeiras **20**

FINPYME *Credit* **22**

Participações societárias e investimentos de quase-capital **24**

Fundos de investimento **26**

Programas de assistência técnica

FINPYME **28**

A CII em síntese **38**

Visão geral de 2011 **44**

Demonstrações financeiras auditadas **66**

Anexos **106**

Governadores e Governadores Suplentes

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes

Órgãos de ligação





Carta de envio

19 de março de 2012

Presidente da Assembleia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente,

Segundo as disposições da Seção 9(a) do Artigo IV do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual de 2011 da Corporação e suas demonstrações financeiras auditadas, inclusive o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as demonstrações de resultados, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa correspondentes, referentes aos exercícios encerrados naquelas datas.

O relatório resume as principais realizações da Corporação e os fatos mais destacados ocorridos ao longo do ano.

Atenciosamente,



Luis Alberto Moreno
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente Geral

Investir como sempre, investir como nunca

O ano de 2011 foi de grandes conquistas para a CII. Pela primeira vez em nossa história, atingimos a marca simbólica de US\$ 1 bilhão em desembolsos de empréstimos e participações societárias próprios e consorciados, com o total desse montante sendo empregado diretamente na geração de empregos e riqueza na América Latina e no Caribe.

Enquanto o mundo atravessa uma crise que solapou a capacidade de financiamento de outros organismos, nós na CII registramos nosso oitavo ano consecutivo de ganhos, aprovamos 71 projetos sustentáveis e mantivemos nossa excelente nota de crédito.

Mas esses resultados não são obra do acaso.

Em 2000, quando assumi o cargo de gerente geral, revimos nosso modelo de negócios e concentramos nossos esforços em novas áreas de oportunidade. Decidimos enfrentar os desafios criando produtos e serviços inovadores e fazendo com que nossos recursos agregassem valor e tivessem o maior impacto possível sobre o desenvolvimento do setor privado na região.

A CII acredita firmemente na formação de parcerias como mecanismo fundamental para promover o desenvolvimento e, assim, as impulsionou de modo a oferecer valor agregado às PMEs. Em 2011, instituições financeiras latino-americanas contribuíram com 55% dos recursos desembolsados pela CII, uma prova da confiança em nossa carteira de produtos. O FINPYME, nossa iniciativa de adicionalidade que trabalha com o meio acadêmico, o setor privado e os governos dos nossos países membros, é outra prova dessas parcerias de sucesso. Nossos programas *Diagnostics*, *ExportPlus*, *Family Business*, *Integrity*, *Technical Assistance* e GREENPYME, agrupados sob a marca FINPYME, ajudaram a capacitar mais de 3.300 PMEs desde seu lançamento.

Uma parcela dessas conquistas se deve a várias decisões oportunas — algumas pouco convencionais — que nos possibilitaram manter nossas finanças em ordem. Assim, quando a crise financeira eclodiu em 2008, a CII não estava exposta a ativos securitizados, pois cinco anos antes havíamos decidido abandonar gradativamente os investimentos de alto risco. Em 2010, a Standard & Poor's reconheceu nossos esforços e elevou nossa nota de crédito de AA- para AA.

O maior mérito, porém, está no nosso ambiente institucional. Transformamos a CII em um organismo mais sólido, lucrativo e sustentável, baseado em uma cultura institucional coerente e transparente. Não resta dúvida de que nosso sucesso está fundamentado no talento e dedicação dos 107 excelentes profissionais que trabalham para a CII em toda a região, assim como no apoio resolutivo da Diretoria Executiva.

Ao longo dos anos, conseguimos fazer valer nossa filosofia: o capital é uma ferramenta para gerar oportunidades e fortalecer as capacidades visando o desenvolvimento. O espírito que nos move é o reconhecimento de que cada meta atingida é resultado da qualidade do nosso desempenho até então e, ao mesmo tempo, representa um meio para chegar a um novo fim.



Jacques Rogozinski
Gerente Geral
Corporação Interamericana de Investimentos



A usina de processamento de soja da Viluco é um exemplo de como a CII promove

Viluco S.A.

Do grão ao combustível

Buscando sempre manter seu firme compromisso com o desenvolvimento dos recursos energéticos renováveis da região, no ano passado a CII aprovou um empréstimo de até US\$ 6,5 milhões para a construção e operação pela Viluco, empresa produtora de biodiesel e de farinha e óleo de soja no noroeste da Argentina, de uma usina de processamento com capacidade para produzir 200.000 toneladas de biodiesel e 720.000 toneladas de farinha de soja por ano. Em 2011, seu segundo ano de funcionamento, a usina já operava com quase 80% de sua capacidade instalada.



o desenvolvimento agrícola e contribui para o crescimento econômico da região.

novas ideias



suste

Hidroeléctrica San Lorenzo S.A.

A energia dos rios

A Hidroeléctrica San Lorenzo é um dos projetos mais recentes a contar com o apoio da CII. Um empréstimo estruturado no montante de até US\$ 10,5 milhões aprovado pela CII financia a construção e operação de uma usina projetada para gerar, a partir de 2013, 42,3 gigawatts/hora por ano de energia de fonte renovável, o suficiente para abastecer uma cidade de 45.000 habitantes. As duas turbinas da Hidroeléctrica San Lorenzo ajudarão a reduzir o nível atual de emissões de carbono em cerca de 20.000 toneladas por ano.

A wide-angle photograph of a large-scale construction site for a hydroelectric dam. The image shows several concrete pillars under construction, surrounded by extensive scaffolding and wooden formwork. A tall crane is visible in the center, extending towards the sky. The background features a range of mountains under a cloudy sky. The text 'práticas sustentáveis' is overlaid in large white letters across the bottom half of the image.

práticas
sustentáveis



A Energía Integral Andina recorreu a financiamento da CII para instalar e operar dois cabos submarinos de fibra óptica que levarão a Internet de alta velocidade a áreas remotas do litoral colombiano.

tec

Energía Integral Andina S.A.

Cabos submarinos

Atualmente, a Colômbia conta com cerca de quatro milhões de assinantes de Internet e as autoridades confiam que poderão conectar aproximadamente 700 municípios em áreas isoladas do país a uma nova rede nacional de fibra óptica. A CII participa desse empreendimento, que visa a oferecer mais conectividade com melhor qualidade e a preço mais baixo. Em 2011, foi liberado um empréstimo de US\$ 8 milhões para que a Energía Integral Andina, empresa colombiana com experiência na construção e administração de redes de telecomunicações e energia, conclísse a construção e operasse dois cabos submarinos de fibra óptica.



novas tecnologias

Agregamos valor às PMEs da América Latina e do Caribe

Inovação permanente

Cumprir uma missão exige paixão, dedicação, criatividade, flexibilidade e, evidentemente, tempo.

Cumprir a missão da Corporação Interamericana de Investimentos é ainda mais complexo, pois seus fundadores a conceberam para apoiar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe focalizando, sobretudo, as pequenas e médias empresas. Essa ideia — o desenvolvimento centrado nas PMEs — não é apenas uma declaração de princípios clara e cuidadosamente elaborada, mas também a missão mais ambiciosa já empreendida por uma instituição multilateral de desenvolvimento.

Portanto, para cumprir essa missão será necessário inovar sempre. Ao longo dos próximos três anos, a CII apoiará dois milhões de PMEs na região, com empréstimos diretos e indiretos, investimentos em participações societárias e serviços de assistência técnica que agregam valor.

Longe de ser inatingível, essa meta alimenta o espírito inovador da CII. É por isso que, como uma instituição voltada para o desenvolvimento e empenhada em fazer sempre mais e da melhor maneira possível, a CII ajustou o foco da sua missão para transformar-se na principal autoridade no desenvolvimento das PMEs na América Latina e no Caribe.

Para tanto, a CII redobrá seus esforços na forma de ferramentas de assistência técnica e financeira e irá se dedicar a ampliar sua capacidade para criar produtos de conhecimento que possam vir a ser compartilhados com o número sempre crescente de PMEs dinâmicas e inovadoras.

Uma rede de conhecimentos

O primeiro passo nessa direção será dado em 2012, com o lançamento de uma rede regional de empresas, investidores e doadores. Essa rede promoverá a geração e o intercâmbio de conhecimentos — tratados como um bem público — e terá o respaldo de uma estratégia de comunicação ativa, além de contar com uma central de conhecimentos baseada na Internet e acessível a todos os seus membros para facilitar o intercâmbio das lições extraídas. Uma série de seminários especializados será organizada em toda a região para fortalecer e ampliar esses vínculos e o processo de aprendizado. A ideia fundamental é criar um círculo virtuoso que beneficie um número maior de PMEs e reconheça e promova o potencial dos pequenos e médios empreendedores, ajudando-os a estabelecer relações comerciais e combinar seus conhecimentos.



Causa e efeito

Ajustar o foco da missão da CII não foi uma decisão impensada. Na verdade, ao longo de sua trajetória, a CII sempre se pautou pelo planejamento estratégico e pela flexibilidade tática.

A CII passou pela sua primeira reorganização no final da década de 1990, quando foram lançadas as bases para o aumento de capital e mudanças na sua administração. A nova administração permitiu-lhe superar a crise financeira que atingiu a região em 2001 e, dois anos mais tarde, a CII ressurgiu com um modelo de negócios renovado, onde o apoio ao setor privado era considerado como a melhor maneira de garantir, no longo prazo, um impacto maior e mais sustentável no desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Revisões e melhorias periódicas transformaram esse modelo em uma estratégia financeira poderosa e operacional e permitiram à CII organizar seu trabalho com as PMEs em três etapas, produzindo resultados notáveis.

Em primeiro lugar, a CII buscou maneiras de aumentar seus empréstimos diretos a empresas e criou produtos para operar com intermediários financeiros. Em consequência, desde 2000 a CII aprovou 274 operações diretas (mais do dobro da década anterior), reduziu em dez vezes — para US\$ 100.000 — o montante mínimo das suas operações e multiplicou por dez a quantidade de empréstimos diretos com valor inferior a US\$ 1 milhão. A realização mais recente foi a constituição, em 2009, do Fundo Fiduciário China–CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs, que tem a seu dispor US\$ 150 milhões em contribuições em partes iguais da CII e do governo chinês para investir em participações societárias nos próximos cinco anos, sobretudo no mercado das PMEs.

Nossos novos programas e produtos para operar junto a intermediários financeiros também renderam excelentes frutos. Ao longo da última década, a CII aprovou um total de US\$ 1,91 bilhão em empréstimos para bancos e instituições financeiras, o triplo do montante aprovado entre 1990 e 2000. O programa de parcerias ajudou a oferecer a mais de 1,6 milhão de PMEs subempréstimos a partir de apenas US\$ 200, com média ao redor de US\$ 100.000. Essa colaboração permitiu a muitas instituições financeiras trabalhar pela primeira vez com PMEs e possibilitou à CII ampliar seu impacto sobre o desenvolvimento com pequenos empréstimos, cuja administração teria sido ineficaz — ou mesmo impossível — por meio de operações diretas.

Em 2008, a CII criou a Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas e constituiu o Fundo Fiduciário Coreia–CII para o Desenvolvimento de PMEs com a contribuição de US\$ 40 milhões da República da Coreia. Com base em recomendações do Escritório de Avaliação e Supervisão do BID e o respaldo de doze países membros doadores e de diversos organismos, essa divisão da CII lançou a iniciativa FINPYME®, que abrange uma série de programas de assistência técnica. Nos últimos três anos, mais de 3.300 PMEs em 21 países da região receberam capacitação para ajudá-las a ganhar acesso a novos mercados de exportação (FINPYME *ExportPlus*), melhorar sua governança corporativa (FINPYME *Family Business*), ter acesso a novas fontes de financiamento (FINPYME *Diagnostics*), fortalecer os princípios éticos da empresa (FINPYME *Integrity*), melhorar a qualidade dos projetos apresentados à CII (FINPYME *Technical Assistance*) e reduzir seus gastos com energia e ampliar o uso de energia renovável (GREENPYME®). A Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas agora tem um objetivo ambicioso: atingir 8.000 PMEs em 26 países em desenvolvimento membros da CII.

Essa meta advém da redefinição da missão da CII e da sua cultura institucional de assumir o desafio de inovar sempre, com paixão, empenho, criatividade e flexibilidade. Nessa missão, estamos sempre prontos a nos adaptar aos desafios imprevisíveis que o futuro nos reserva.

PRODUTOS FINANCEIROS

FINANCIAMENTO DE EMPRESAS

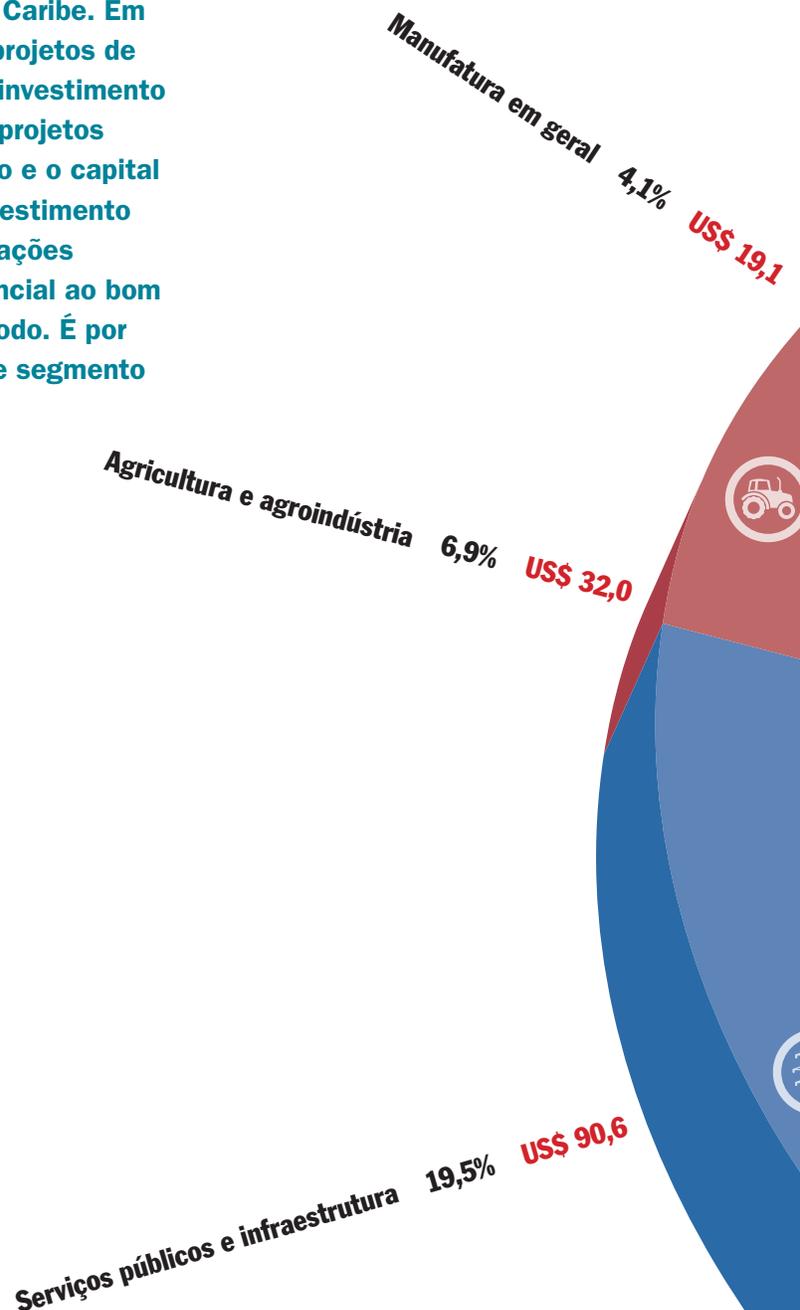
Nossos clientes são diferentes

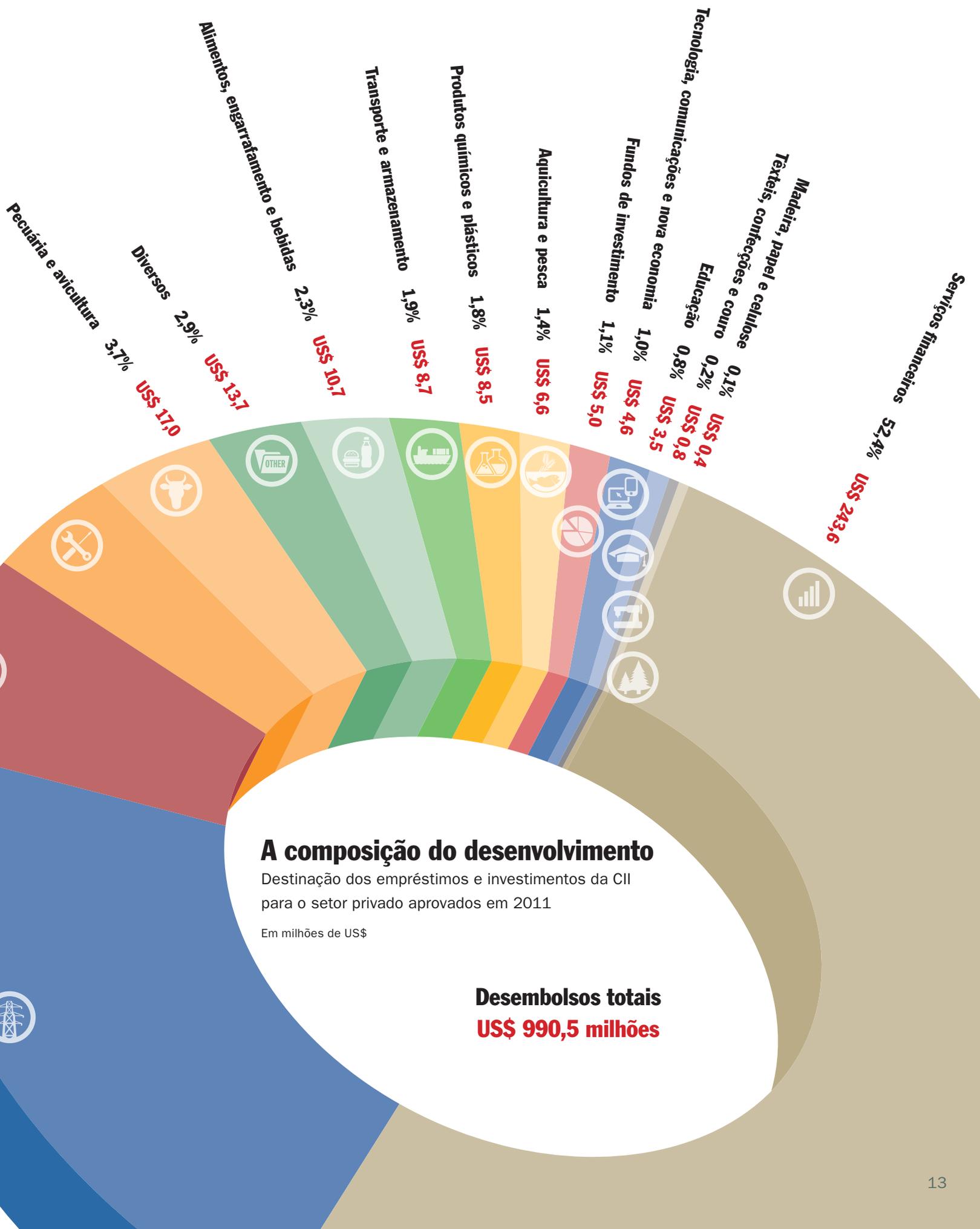
Em 2011, a CII destinou US\$ 464,7 milhões ao financiamento de 71 empresas da região. Esse montante representa um aumento de quase 24% em relação aos empréstimos aprovados em 2010.

Desde sua criação, a CII aprovou US\$ 4,42 bilhões em empréstimos e investimentos para empresas e projetos inovadores, criativos e de grande impacto sobre o desenvolvimento.

“Além do apoio às PMEs familiares tradicionais na forma de assistência técnica e financiamento, a CII dispõe da capacidade necessária para apoiar projetos de infraestrutura de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe. Em 2011, a CII aprovou US\$ 90,6 milhões para nove projetos de infraestrutura na região. Como seu custo total de investimento é inferior a US\$ 100 milhões, muitas vezes esses projetos não conseguem obter a estrutura de financiamento e o capital de longo prazo necessários à sua conclusão. O investimento na geração de energia de melhor qualidade, instalações portuárias e outras obras de infraestrutura é essencial ao bom desempenho das PMEs e da economia como um todo. É por isso que a CII mantém seu compromisso com esse segmento do mercado.”

JOHN BECKHAM
CHEFE, DIVISÃO DE OPERAÇÕES, CII





A composição do desenvolvimento

Destinação dos empréstimos e investimentos da CII para o setor privado aprovados em 2011

Em milhões de US\$

Desembolsos totais
US\$ 990,5 milhões

Capital para mais infraestrutura de melhor qualidade

Nosso nicho: infraestrutura de médio porte

Não resta dúvida: o desenvolvimento da infraestrutura apresenta forte correlação positiva com o crescimento econômico sustentável. Os custos, a produtividade e a competitividade são influenciados, positiva ou negativamente, pela qualidade das estradas, acesso a energia de baixo custo e disponibilidade de instalações portuárias modernas.

O papel da CII como catalisadora do desenvolvimento da infraestrutura na região aumentou nos últimos anos. Em 2011, a CII aprovou US\$ 90,6 milhões para o financiamento de obras de infraestrutura em Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Esse investimento é quatro vezes maior que o do ano anterior.

A CII concentra-se em projetos de médio porte cujas necessidades de recursos não são supridas pelos bancos comerciais, voltados para projetos maiores.

49%

dos recursos destinados à infraestrutura desde 2000 foram aprovados em 2011

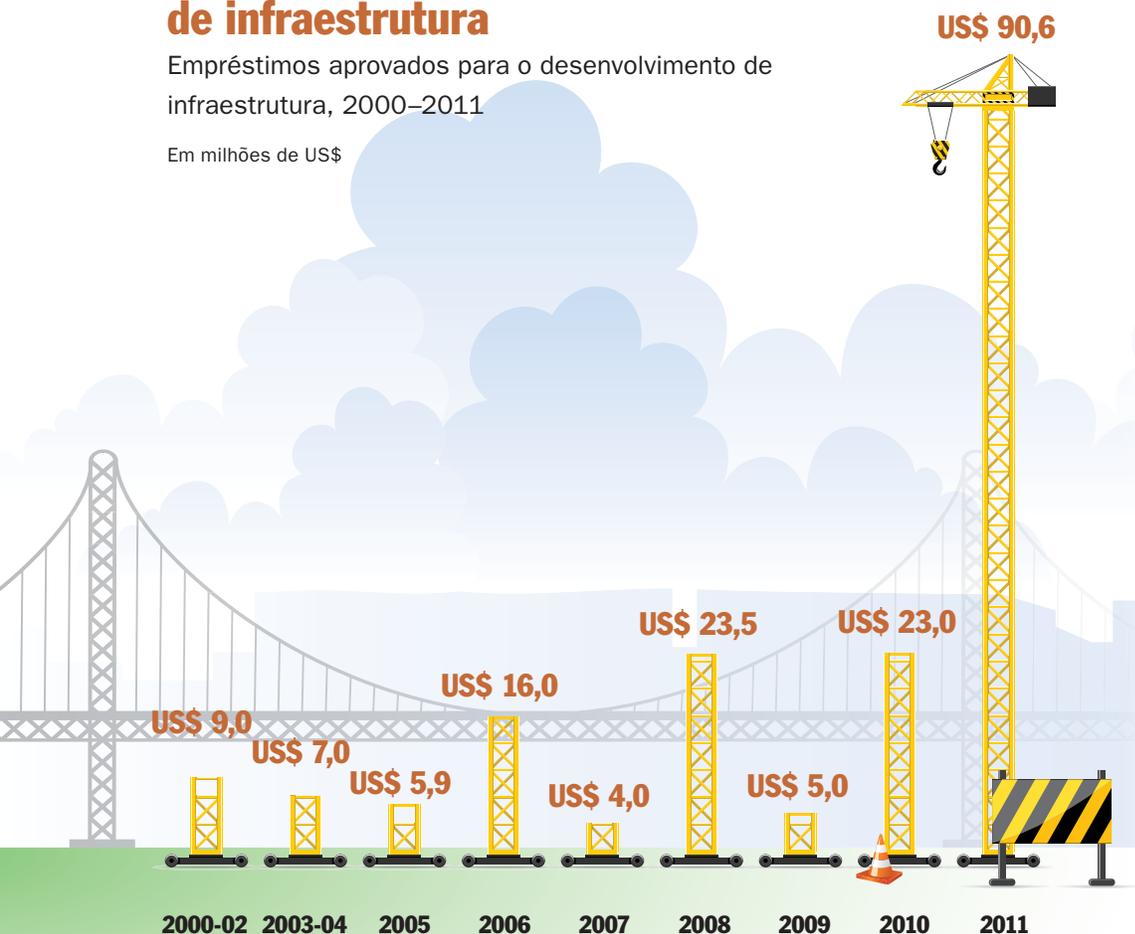
56%

dos empréstimos liberados entre 2000 e 2011 foram para a América Central e países andinos

Um ano e uma década de obras de infraestrutura

Empréstimos aprovados para o desenvolvimento de infraestrutura, 2000–2011

Em milhões de US\$



Access Haïti S.A.

Nas ondas do rádio

É surpreendente como o passado pode moldar um futuro melhor. Na esteira do terremoto de janeiro de 2010, a Internet, os telefones e o fornecimento de energia elétrica entraram em colapso no Haiti. Para os sobreviventes de Porto Príncipe e de outras cidades atingidas, o rádio foi a salvação que lhes permitiu saber o paradeiro de parentes e amigos e organizar as primeiras operações de socorro.

Mas as ondas do rádio podem ir ainda mais longe. Em 2011, a CII aprovou um empréstimo de US\$ 3,5 milhões para a Access Haïti S.A., provedora de serviços de telecomunicações e Internet que usará esses recursos para lançar no país a primeira rede com a tecnologia WiMAX em âmbito nacional.

A empresa usará ondas eletromagnéticas de rádio — que continua a ser o principal meio de comunicação no Haiti — para oferecer três serviços: Internet, voz e TV digital com a tecnologia WiMAX. Essa tecnologia oferece uma largura de banda três vezes maior e requer menos investimentos em redes, equipamentos e operação do que a usada atualmente pela Access Haïti.

Com um custo operacional mais baixo, a empresa espera fortalecer sua posição em áreas fora da capital e de Cap-Haïtien, Port-de-Paix, Gonaïves, Jacmel, Les Cayes e Jérémie, as principais cidades do país e sua base de operações.

3%

dos 9,9 milhões de habitantes do Haiti têm acesso à Internet; a média no Caribe é de 24%



Capital para energias renováveis

A força da natureza

A natureza na América Latina e no Caribe favorece a sustentabilidade da região. Poderosos corredores de vento cortam o México, a América Central e o sul do continente. Boa parte da região está dentro da zona de maior radiação solar do planeta e há uma enorme disponibilidade de resíduos orgânicos florestais, agrícolas e animais em todos os países. As bacias hidrográficas já são uma importante fonte de energia renovável e, além disso, ainda falta explorar as possibilidades oferecidas pelas ondas e marés.

Em 2011, a CII aprovou empréstimos num total de US\$ 71,1 milhões, praticamente o dobro dos financiamentos concedidos desde 2004, demonstrando seu compromisso inabalável com a sustentabilidade econômica e ambiental. Os empréstimos da CII buscam ampliar o acesso das populações menos favorecidas à energia e reduzir a dependência de combustíveis fósseis para sua geração.

A CII financia soluções para a geração de energia sustentável — com menor custo econômico, social e ambiental — na forma de parques eólicos, campos de energia solar, usinas hidrelétricas e centros de aproveitamento de biomassa.

Energia verde

Empréstimos aprovados para projetos de energia renovável, 2004–2011

Em milhões de US\$

54%

Metade dos recursos da CII destinados a projetos de energia verde desde 2004 foi aprovada em 2011

40%

de toda a biomassa florestal disponível está na América do Sul. Só o Brasil dispõe de 27% desse recurso no mundo

ANO	EMPRESA	PAÍS	MONTANTE
2004	Hidroabanico S.A.	Equador	7,0
2005	Hidroabanico S.A.	Equador	4,0
2006	Belize Co-Generation Energy Limited	Belize	6,0
2008	Caruquia S.A. E.S.P	Colômbia	7,7
2008	Guanaquitas S.A. E.S.P.	Colômbia	7,9
2008	Energía Pacífico, S.A.	Chile	8,0
2010	Celsol S.A. de C.V.	México	6,0
2010	Wind Power Energía S.A.	Brasil	5,0
2011	Blue Power & Energy S.A.	Nicarágua	50,0
2011	Hychico S.A.	Argentina	8,0
2011	Hidroeléctrica San Lorenzo S.A.	Panamá	10,5
2011	Grupo Gelec S.A.S.	Colômbia	2,6

Das turbinas, rumo ao norte...

Na Nicarágua, as pessoas têm uma forma muito peculiar de indicar um endereço. Algumas ruas não têm números ou, quando os têm, o povo costuma ignorá-los. Por isso, é comum que, ao explicar como se chega a um lugar — por exemplo, um supermercado —, os moradores se orientem pelo número de quadras ao sul ou ao norte de um determinado ponto de referência (por exemplo, uma escola).

É bem possível que a Blue Power & Energy, o segundo maior parque eólico do país, se torne o mais novo ponto de referência: muitos lugares passarão a ser localizados a tantas quadras das monumentais turbinas que estão sendo erguidas em La Fé/San Martín, em uma área cercada por pequenas plantações de milho, cana-de-açúcar, feijão e fazendas de gado leiteiro na periferia de Rivas, a sudeste de Manágua.

Financiadas por um empréstimo de US\$ 50 milhões da CII, 22 gigantescas turbinas eólicas Vesta com 120 metros de altura deverão estar prontas para entrar em operação até meados de 2012 e gerar eletricidade suficiente para suprir até 5% das necessidades da Nicarágua.

A obra exigirá um investimento total de US\$ 115 milhões e transformará o país em um dos líderes na geração de energia alternativa na América Central. Quando estiver operando a plena capacidade, o parque eólico reduzirá as emissões de CO₂ em 104.000 toneladas por ano, o equivalente ao que seria emitido por um automóvel para dar 15.600 voltas ao redor da Terra.

15%

O parque eólico permitirá à Nicarágua elevar sua produção de energia limpa de 11% para 15%



Alimentando as gerações futuras

Em 1º de novembro de 2011, a população mundial ultrapassou a marca de 7 bilhões de pessoas e pode chegar a 8 bilhões em menos de 20 anos. Isso aumentará a pressão sobre a oferta de alimentos em todo o mundo, afetando principalmente os mais pobres, que já mal conseguem arcar com os preços de alimentos básicos como milho, trigo e arroz.

A CII mantém seu compromisso de apoiar o agronegócio para garantir a segurança alimentar e assegurar que a produção consiga acompanhar a demanda crescente por alimentos. Em 2011, a CII aprovou recursos no montante de US\$ 66,3 milhões para financiar 16 projetos nos setores do agronegócio e de alimentos em diversos países da América Latina e do Caribe.

Esses recursos são a continuação de um esforço para impulsionar o crescimento dos produtores de produtos primários, fomentar a inovação necessária para criar produtos e processos melhores e desenvolver indústrias mais eficientes e aptas a competir em novos mercados.

US\$ 270 milhões

Desde 2006, a CII já destinou US\$ 270 milhões ao financiamento de 72 projetos agrícolas e de produção de alimentos

Sementes de desenvolvimento

Empréstimos aprovados para projetos de agronegócio e produção de alimentos, 2007–2011

Em milhões de US\$



Patagoniafresh S.A.

O sabor do sul

Quando a época das maçãs, uvas, amoras e cerejas chega ao fim no hemisfério norte, algumas empresas mundiais de alimentos e bebidas voltam seus olhos para o sul do equador. Buscando atenuar os riscos decorrentes do clima, elas chegam ao Chile e vão bater à porta da Patagoniafresh, maior exportadora de sucos concentrados não cítricos do hemisfério sul.

Em 2011, a CII aprovou um empréstimo de US\$ 2 milhões — em uma operação em paralelo com bancos locais — para que a Patagoniafresh refinanciasse suas obrigações de curto prazo, dispusesse de capital de giro e investisse em medidas para aumentar a eficiência produtiva e energética das suas quatro instalações no Chile, de maneira a reduzir seus custos e alcançar sustentabilidade econômica e ambiental.

Esse refinanciamento permitirá à empresa manter cerca de 500 empregos diretos e oferecer uma renda estável a seus fornecedores — cerca de mil fruticultores, dos quais 70% são pequenos e médios agricultores.

A Patagoniafresh tem capacidade para produzir 3.700 toneladas de suco de frutas por dia e mais de 45.000 toneladas anuais de extrato de maçã e uva, seus principais produtos.

4 cantos

A Patagoniafresh exporta para os quatro cantos do mundo. Seus principais mercados são a América do Norte, Japão, Europa e América Latina



FINANCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Mantendo o mundo em movimento

Em 2011, financiamentos da CII no total de US\$ 558,6 milhões — 44% em empréstimos A e o restante em empréstimos B — permitiram que mais de vinte bancos, cooperativas, associações de crédito, fundos de investimento e instituições de microfinanças ajudassem a impulsionar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e fomentassem o crescimento do setor privado na América Latina e no Caribe.

Os recursos da CII para o setor financeiro são canalizados por meio de créditos em moeda local, empréstimos sindicalizados e emissões de títulos, com vistas a ampliar o acesso a financiamento. Os empréstimos ao setor privado representam 43,9% do PIB regional, o que é pouco em termos mundiais.

Desde 2000, a CII direcionou recursos da ordem de US\$ 1,9 bilhão a mais de 200 parceiros do setor financeiro da região por meio de empréstimos e participações societárias.

207

instituições financeiras já receberam treinamento em gestão do risco ambiental e mudança climática

O efeito multiplicador dos empréstimos da CII

Empréstimos aprovados para instituições financeiras, 2007–2011

Em milhões de US\$

US\$ 361,3



“Ao oferecer crédito a instituições financeiras, a CII promove o desenvolvimento das PMEs na América Latina e no Caribe, pois possibilita aos bancos e outras instituições financeiras conceder empréstimos com prazos mais longos, proporcionando às PMEs a estrutura de financiamento necessária para lhes proporcionar maior estabilidade.”

LAURA ORADEI-BAYZ
CHEFE, UNIDADE DE GESTÃO E SUPERVISÃO DA CARTEIRA, CII



Os grandes dão uma mão aos pequenos

Quando a principal organização multilateral dedicada a financiar pequenas e médias empresas se une ao maior banco da maior economia da América Latina, podem-se esperar grandes resultados. Esse é exatamente o desafio assumido pela CII e o Itaú Unibanco: expandir o acesso a financiamento a mais PMEs no Brasil.

Em 2011, a CII e o Itaú Unibanco aprovaram um empréstimo A de US\$ 40 milhões por cinco anos e um empréstimo B de US\$ 240 milhões — a ser liberado por bancos internacionais ao longo de um período de até cinco anos — para oferecer financiamento de longo prazo às PMEs brasileiras. Trata-se da maior operação com um consórcio de bancos realizada pela CII, que já liderou outras três operações semelhantes em montante superior a US\$ 250 milhões destinados ao financiamento de PMEs. O empréstimo mais recente será usado para crédito imobiliário em reais para famílias de baixa renda.

A CII e o Itaú Unibanco são parceiros estratégicos de longa data. Desde 2005, quando foi iniciada essa parceria, mais de 2.200 PMEs e 3.700 famílias já foram beneficiadas por empréstimos concedidos pela CII e repassados pelo banco brasileiro. Além dos empréstimos mencionados, em 2011 o Itaú Unibanco, a CII e o Grupo do BID organizaram um programa de treinamento de três anos para ajudar um grupo de cerca de 100 PMEs a desenvolver novas ideias de negócios ou expandir suas operações já existentes entre as famílias mais pobres do Brasil.

Único banco da América Latina a fazer parte do índice Dow Jones de sustentabilidade ambiental e a receber três vezes o Sustainable Finance Award do Financial Times/International Finance Corporation, o Itaú Unibanco também contribui regularmente para os eventos de capacitação em gestão ambiental para PMEs organizados pela CII desde 1999.

O Itaú Unibanco é a instituição financeira que mais recebeu recursos da CII desde 2000, seguido pelo Rabobank e pelo Bancóldex.

Operações em moeda local

México, nosso primeiro mercado

Em maio de 2011, a CII fez sua segunda emissão de títulos em pesos mexicanos, no montante de MX\$ 600 milhões, o equivalente a US\$ 58 milhões.

Esses títulos, colocados integralmente na bolsa de valores mexicana, tiveram uma demanda bastante superior à oferta. Vinte e cinco investidores — fundos de pensão, seguradoras, bancos e fundos mútuos — adquiriram os papéis. A operação possibilitou a liberação de novas operações de crédito em moeda local para PMEs.

A primeira colocação de títulos da CII em moeda local também ocorreu no México, em novembro de 2007, no montante de MX\$ 480 milhões, equivalentes, na época, a US\$ 43,9 milhões. Os recursos obtidos foram usados para financiar operações de intermediários financeiros com PMEs.

Após a primeira emissão, constatou-se uma demanda não atendida em um grupo diversificado de entidades com várias necessidades de financiamento. Assim, essa situação justificou a emissão de títulos em moeda local. Esses recursos em pesos mexicanos permitiram à CII fazer uma intermediação ágil e eficiente entre o mercado de capitais e as PMEs. Ademais, as emissões aumentaram a oferta de instrumentos de investimento no mercado de valores do México. Graças ao financiamento em moeda local, as PMEs contam com proteção natural contra as flutuações do câmbio.

FINPYME *Credit*

Mudam os nomes, não as ideias

Em 2011, a CII decidiu consolidar sob a marca FINPYME toda a sua linha de produtos de assistência à pequena e média empresa. Essa decisão significou um fim e um começo: saía de cena a Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL, sigla em inglês) e lançava-se o FINPYME *Credit*.

No seu primeiro ano de operação, o programa FINPYME *Credit* aprovou financiamentos no valor de US\$ 4,1 milhões, em 14 projetos em seis das menores economias da região, que constituem sua esfera de atuação natural. Assim como a SBRL, o FINPYME *Credit* conta com um processo de aprovação ágil e continuará a oferecer empréstimos para capital de giro e investimentos, em montantes entre US\$ 100.000 e US\$ 600.000.

Esse instrumento é fruto da busca constante por novos mecanismos para ampliar o alcance e a relação com as PMEs e atender melhor suas necessidades de financiamento.

93

dias — pouco mais de três meses — a partir do primeiro contato com o cliente é o tempo médio para a liberação de um empréstimo do FINPYME *Credit*

2

projetos do FINPYME *Credit* no Haiti: um fabricante de roupas masculinas e uma associação de artesãos

Aproveitando as experiências de sucesso

Empréstimos aprovados no âmbito da SBRL e do FINPYME *Credit*, 2006–2011

Em milhões de US\$



DKDR Haïti S.A.

Fina estampa

Muitas vezes, são os atos — e não a receita nem os lucros — que determinam o sucesso de uma empresa. A DKDR, pequena confecção coreana, entende bem essa máxima. Em 2011, ela recebeu do FINPYME *Credit* um empréstimo de US\$ 360.000 para ampliar a capacidade produtiva de sua fábrica de roupas masculinas em Porto Príncipe.

A DKDR fabrica ternos, casacos, smokings e calças sociais vendidas em grandes cadeias de lojas nos Estados Unidos. Esse empréstimo da CII permitirá a aquisição de novos equipamentos para a confecção de calças masculinas, uma das principais linhas de produtos da empresa, que exporta toda a sua produção. Com o aumento das suas atividades, ela poderá criar mais 400 postos de trabalho e ampliar seus quadros, hoje com 1.200 funcionários.

Após 15 anos na República Dominicana, em 2010 a empresa transferiu suas operações para o parque industrial de Sonapi, nas imediações do aeroporto internacional da capital haitiana, no intuito de ajudar no processo de reconstrução do país após o terremoto devastador de janeiro daquele ano. As exportações da DKDR para os Estados Unidos são isentas de impostos graças à lei HOPE, aprovada pelo Congresso americano em 2008 para criar empregos e liberalizar o comércio com o Haiti.

O empréstimo do FINPYME *Credit* permitirá à DKDR aumentar sua produção de 30.000 para 45.000 calças masculinas por mês

Fibras de Vidrio Caaguazú S.A.

Pequenas coisas fazem uma grande diferença

A história da CII com a Fibrac, uma empresa familiar, é bastante simples; contudo, como muitas outras, ela mostra como um pequeno empréstimo pode fazer uma grande diferença para um empreendedor. Em termos práticos, com o empréstimo de US\$ 250.000 aprovado em 2011 no âmbito do FINPYME *Credit*, a Fibrac poderá aumentar suas vendas em 15% e ampliar seu quadro funcional em quase 25%.

Com esses recursos, a empresa paraguaia — que, entre outros produtos, fabrica caixas d'água, piscinas, banheiras, pias de mármore sintético e coberturas de plástico reforçado para barcos — poderá ampliar sua fábrica, construir um galpão de 2.000 metros quadrados e adquirir uma nova máquina laminadora.

A laminadora é usada para cobrir a superfície dos produtos com uma resina sintética que proporciona melhor acabamento e permite à empresa diferenciar-se da concorrência ao usar suas próprias pinturas. Com a reforma da fábrica e o novo galpão, a Fibrac poderá reorganizar sua produção e seu depósito, agilizando as operações de carga e facilitando a entrada e saída de caminhões de entrega. Ambas as medidas ajudarão a reduzir os custos e a atender melhor à demanda.

A Fibrac foi criada em 1997 em Caaguazú, cidade no leste do Paraguai, a meio caminho entre Assunção e a fronteira com o Brasil. Atualmente, ela fabrica uma variedade de caixas d'água, mais de 15 modelos de banheiras de hidromassagem e 20 modelos de piscina.



15%

Está previsto que a expansão da Fibrac leve a um aumento de 15% em suas vendas

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E INVESTIMENTOS DE QUASE-CAPITAL

Empresas vencedoras

Em 2009, a CII criou a Unidade de Fundos de Investimento para dinamizar todos os serviços de participações societárias com recursos próprios e de terceiros. Em 2011, foram aprovados participações societárias e investimentos de quase-capital no montante de US\$ 8,6 milhões. Todas essas operações contaram com a participação do Fundo Fiduciário China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs, constituído em 2009 para apoiar empresas da América Latina e do Caribe.

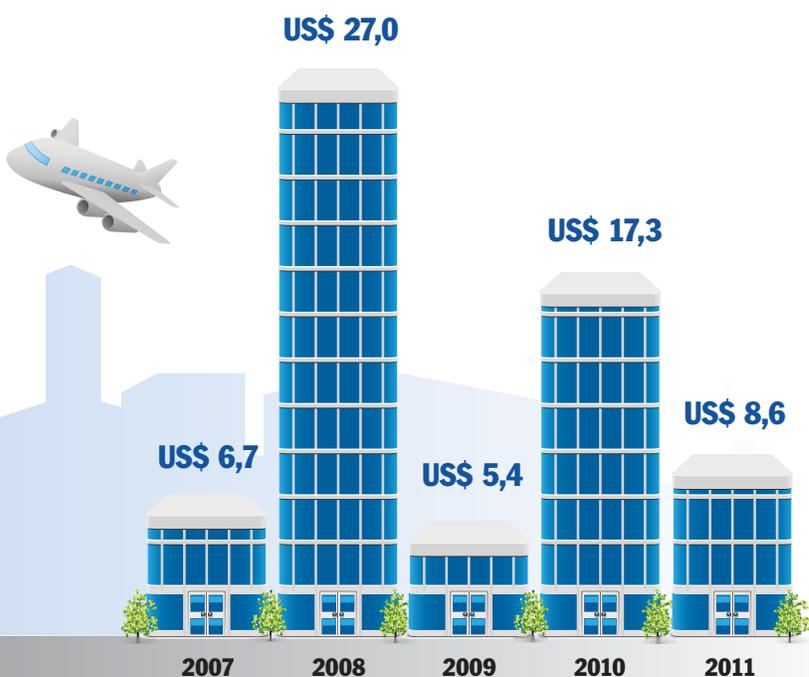
As participações societárias e os investimentos de quase-capital permitem a investidores e empresas apoiar o crescimento das PMEs e, simultaneamente, compartilhar os riscos e lucros do negócio. De modo geral, os recursos da CII foram destinados a projetos de telecomunicações, bancos especializados e fundos de investimento multissetoriais, facilitando a criação de empregos e aumentando a produtividade e competitividade de inúmeras empresas.

A CII foi pioneira na promoção de participações societárias e investimentos de quase-capital na região ao investir, administrar e estimular os primeiros fundos regionais há quase duas décadas. Desde 2000, 26 empresas já receberam participações que totalizaram mais de US\$ 139 milhões.

Investir no crescimento

Participações societárias e investimentos de quase-capital da CII, 2007–2011

Em milhões de US\$



“A CII desempenha um papel fundamental ao catalisar investimentos de capital na região, um componente essencial do ‘ecossistema’ financeiro para potencializar o desenvolvimento do setor privado.”

JACQUES ANTEBI
CHEFE, UNIDADE
DE FUNDOS DE
INVESTIMENTO, CII



Wind Telecom S.A.

Educação em banda larga

A Internet está mudando a forma como os estudantes aprendem, os professores ensinam e o conteúdo é transmitido. Mas isso já não é novidade na República Dominicana, onde várias operadoras de telecomunicações oferecem canais educativos gratuitos a escolas.

Em 2011, uma dessas empresas, a Wind Telecom, recebeu da CII um investimento de quase-capital para oferecer pacotes de serviços integrados nas cidades de Santo Domingo e Santiago e levar serviços de telefonia e Internet a mais de mil escolas no prazo de dois anos. A empresa, que também oferece serviços de TV digital usando as tecnologias WiMAX e MMDS, já conta com uma rede de fibra óptica para interconectar as principais universidades do país e instalar redes WiFi em outras instituições de ensino.

A injeção de novos recursos da CII contribuirá para reduzir as disparidades no país e promover a inovação e o desenvolvimento no setor de telecomunicações dominicano — um mercado com um potencial enorme. Parte do investimento, que conta com o apoio do Fundo Fiduciário China–CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs, será usado na compra de equipamentos para oferecer serviços de Internet, VoIP e TV digital em áreas rurais onde a cobertura é limitada ou inexistente.

400 novos empregos

Os novos investimentos da Wind Telecom financiados pela CII devem criar pelo menos 400 novos postos de trabalho



FUNDOS DE INVESTIMENTO

Fundo Espanha-CII para o Desenvolvimento das PMEs no Haiti: aqui, inovação significa desenvolvimento

Inovação não é uma tarefa fácil, sobretudo quando o caminho até ela é morro acima; talvez não haja na região um morro mais íngreme, com tantos obstáculos, como o Haiti. O país está fazendo grandes esforços para recuperar-se do terremoto de 2010 e a CII decidiu ajudá-lo a suprir suas necessidades econômicas e sociais por meio de um modelo inovador de investimento social. Trata-se do Fundo de Desenvolvimento das PMEs no Haiti, ferramenta concebida em 2010 e constituída oficialmente em 2011 pela CII e o governo espanhol para cofinanciar empréstimos entre US\$ 10.000 e US\$ 100.000 para pequenas e médias empresas em conjunto com instituições financeiras locais. O fundo dispõe de mais de US\$ 59 milhões e funcionará por um período de doze anos.

A estrutura inovadora do fundo se baseia na experiência e criatividade da CII. Comparado com os modelos tradicionais de financiamento de baixo custo, esse mecanismo de cofinanciamento permite às instituições financeiras o acesso a uma quantidade maior de clientes com risco menor, oferecendo juros mais baixos às PMEs. A CII também atua como administradora do fundo.

O governo espanhol apoiou desde o princípio a proposta do Grupo do BID — que assumiu a liderança na reconstrução do Haiti — e acredita que o crescimento do setor privado é crucial para a retomada e a sustentabilidade da economia, sobretudo no tocante ao acesso a crédito por parte das pequenas e médias empresas. Os atuais índices de penetração do setor privado no mercado de crédito no país são extremamente baixos, bem inferiores aos registrados em outros países do Caribe e em outras regiões com indicadores macroeconômicos equivalentes aos do Haiti.



PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Empenhados em agregar valor



FINPYME em 2011: ajudando a promover o crescimento

O FINPYME, a marca dos programas que agregam valor aos financiamentos da CII por meio da prestação de assistência técnica, foi estendido a novos países da América Latina e do Caribe no seu segundo ano de consolidação.

Em 2011, o FINPYME continuou seu processo de expansão:

- A fase de assistência técnica do FINPYME *Diagnostics* foi concluída nos países anglófonos do Caribe, em partes da América Central e na Colômbia.
- Foram organizados os primeiros seminários do FINPYME *ExportPlus* nas Bahamas, Barbados, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Haiti, Nicarágua e Suriname.
- Com a organização de cinco seminários sobre governança corporativa, o FINPYME *Family Business* foi levado a mais quatro países (Colômbia, Honduras, Panamá e República Dominicana), enquanto uma versão-piloto do FINPYME *Integrity* ofereceu treinamento em ética para PMEs em Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago.
- Foram organizados seminários de treinamento no âmbito do GREENPYME voltados para pequenos e médios empreendedores da América Central, interessados em aumentar a eficiência energética das suas empresas.



Os números

30 revisões
diagnósticas

2 países

71 seminários em
grupo

2.313 participantes

1.583 PMEs
participantes

16 países

91 serviços de
assistência
técnica individual

13 países

O apoio vital dos doadores

Os doadores se mostraram indispensáveis para que, desde a criação da sua Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, a CII pudesse capacitar e assistir cerca de 3.300 pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe no âmbito da iniciativa FINPYME.

Em 2011, a CII firmou acordos de cooperação com o Nordic Development Fund e o Nordic Investment Bank, com o Bancóldex e o Bancolombia, e com o BAC|Credomatic. Esses acordos permitirão à CII organizar iniciativas financeiras regionais, nacionais e setoriais, promover a formação de parcerias entre diferentes instituições e implementar os diversos programas do FINPYME, além de realizar outras atividades em apoio à empresa privada.

“A CII está ampliando seu raio de ação ao oferecer serviços de valor agregado às PMEs da América Latina e do Caribe. Graças ao apoio de nossos doadores e parceiros estratégicos, 1.725 empresas se beneficiaram de nossos programas de assistência técnica em 2011.”

JORGE ROLDÁN
CHEFE, DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
PARCERIAS ESTRATÉGICAS, CII





Novos seminários, novos mercados

O programa carro-chefe de assistência técnica da CII encerrou seu quinto ano consecutivo de funcionamento com o lançamento de inovações como seminários híbridos, virtuais e interativos.

Na Colômbia, o FINPYME *Diagnostics* lançou novos serviços de assistência técnica híbrida — seminários em grupo para a discussão de temas transversais e reuniões individuais para tratar dos problemas específicos de cada empresa — e organizou o primeiro treinamento online, com quatro semanas de duração, do qual participaram 77 das 120 empresas avaliadas pelo programa. Nesse meio tempo, como parte do primeiro seminário interativo do programa sobre financiamento para PMEs e instituições financeiras, executivos do setor bancário e pequenos empresários da América Central participaram de atividades de treinamento que simularam o processo de negociação para obtenção de financiamentos.

A CII também continuou a elaborar e firmar acordos para a contratação de instrutores visando o lançamento do FINPYME *Diagnostics* no México e no Brasil, programado para 2012. No México, foram identificados vários possíveis parceiros estratégicos para a execução do programa em Veracruz, Aguascalientes e León-Guanajuato; no Brasil, foi firmado um acordo com a Confederação Nacional da Indústria para a implementação do FINPYME *Diagnostics* em três estados do nordeste: Ceará, Paraíba e Pernambuco.

“A melhor parte da revisão diagnóstica? Diria que foi a análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças), que nos forneceu informações sobre nossa posição competitiva, nossos pontos fracos e os pontos fortes dos quais podemos tirar proveito.”

CARLA MAHEIA-HART
GERENTE DA MAHEIA UNITED CONCRETE & SUPPLIES LTD., UMA
EMPRESA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE BELIZE

“Meu avô fundou a empresa há 50 anos; temos tios, primos, irmãos e irmãs trabalhando nela. O FINPYME *Diagnostics* nos mostrou como elaborar um protocolo para atribuir funções, solucionar problemas e manter a paz na nossa família.”

ALEJANDRO PINZÓN
GERENTE GERAL DA ASC ELECTRÓNICA, EMPRESA COLOMBIANA
QUE PROJETA E VENDE COMPONENTES ELETRÔNICOS



Os números

29 seminários em grupo

75 serviços de assistência técnica individual

600 PMEs participantes



Temas

Inovação

Governança corporativa

Gestão financeira

Marketing

953

empresas treinadas desde 2007

13

países abrangidos

365

revisões diagnósticas realizadas



Preparando para o futuro

O FINPYME *Family Business* foi concebido para ajudar a preparar os empresários para enfrentar os principais desafios à sustentabilidade das empresas familiares, como o desenvolvimento responsável e conjunto da propriedade do negócio, a preparação para a sucessão e o estímulo ao espírito empreendedor.

Os seminários do programa se concentram na capacitação em mecanismos de governança corporativa que possibilitem a sobrevivência das empresas ao longo de várias gerações. Em 2011, a CII se associou ao BAC|Credomatic e ao Bancóldex para capacitar empresas familiares na Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, bem como nas cidades colombianas de Medellín e Cali. Outro seminário ofereceu treinamento similar a consultores especializados da América Central e da República Dominicana.

Durante o ano passado, a CII também treinou consultores em governança corporativa para expandir o grupo de facilitadores a sua disposição e patrocinou o primeiro Fórum das Empresas Familiares das Américas organizado na América Latina pela International Family Enterprise Research Academy (IFERA), pioneira em pesquisas acadêmicas sobre empresas familiares.

“Vimos todos: o sócio-gerente e todos os novos gerentes — o gerente geral, o de marketing, e eu, o gerente de vendas — e estamos voltando armados de recursos que nos ajudarão a planejar a sobrevivência da empresa para as gerações futuras.”

ÓSCAR BONNET R.
GERENTE DE VENDAS DA EMPRESA COLOMBIANA
LÍDER CORTINAS Y AMBIENTES, QUE FABRICA E
EXPORTA CORTINAS E PERSIANAS



Os números

5 seminários

145 PMEs participantes

326

empresas treinadas
desde 2008

7

países abrangidos



O mundo aguarda

Com o apoio financeiro da República da Coreia, da Itália e da Região da Valônia, na Bélgica, o FINPYME *ExportPlus* transformou-se na principal ferramenta da CII para preparar as empresas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe para competir no mercado exportador.

O FINPYME *ExportPlus* é coerente com a iniciativa Aid-for-Trade (Ajuda ao Comércio), da Organização Mundial do Comércio e do BID. O programa oferece a assistência direta de técnicos e especialistas para ajudar as PMEs a aumentar sua competitividade e capacidade de exportação. O FINPYME *ExportPlus* tem três eixos de ação principais para aumentar a competitividade das PMEs: obtenção de certificação internacional dos produtos exportados, aprimoramento dos procedimentos operacionais da empresa e reforço da gestão dos negócios com vista à exportação.

“O treinamento ajuda a transformar ideias em ações concretas, como a formulação de uma estratégia de vendas para entrar no mercado americano.”

ERICK FUENTES
GERENTE DE VENDAS DA CAFÉ ANTIGÜEÑO,
EMPRESA GUATEMALTECA



Os números

27 seminários

565 empresários
treinados



Temas

Diretrizes para exportar

Etiquetagem

**Estratégias de
exportação**

**Gestão de negócios
internacionais**

832

empresas treinadas
desde 2009

9

países abrangidos

18

consultorias concluídas

Apoio a mulheres empreendedoras com ideias arrojadas

Cooperativa COBAHUE: hora do café na Guatemala

Iliana Martínez é professora em Huehuetenango, área rural entre as colinas e vales do noroeste da Guatemala. Ela ganhou do governo americano uma bolsa para estudar agronegócio nos Estados Unidos. Após sua formatura, Iliana decidiu voltar a sua terra natal e trabalhar com os cafeicultores locais. “Sempre soube que queria fazer algo pela minha gente”, explica.

Contudo, a decisão de voltar para a Guatemala não foi nada fácil. Iliana precisou superar diversas barreiras para manter sua cooperativa COBAHUE no azul. Em alguns momentos, ela teve que abrir mão de seu próprio salário para que a organização não fechasse as portas. Mas seus esforços não foram em vão. Como uma das poucas pessoas que falava inglês, valeu-se disso para representar os cafeicultores e batalhar para que eles recebessem um preço justo por seu produto. Graças, em parte, aos esforços de Iliana, em 2010 os agricultores que fazem parte da COBAHUE conseguiram exportar seu café para a Itália, o Reino Unido e os Estados Unidos — os mercados mais exigentes em termos de sabor e qualidade.

Entretanto, essa é apenas uma parte da história. O FINPYME *ExportPlus*, programa da CII apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, e o CafèyCaffè, um programa afim, ajudaram os cooperados da COBAHUE a aprimorar seus métodos de cultivo, colheita e beneficiamento do café, possibilitando levar ao mercado um produto melhor. Hoje, o café HueHue, marca da COBAHUE, é um produto gourmet que faz jus ao Slow Food, selo de qualidade para produtos orgânicos.

Mesmo assim, nem a Iliana nem o FINPYME *ExportPlus* repousaram sobre os louros da vitória. Em 2011, eles embarcaram juntos em um novo projeto para lançar a primeira marca de café totalmente torrado e empacotado em Huehuetenango. Com a ajuda de uma agência de publicidade de Milão, contratada com recursos da assistência técnica do FINPYME *ExportPlus*, Iliana está criando para seu café uma etiqueta e um logotipo que reflitam verdadeiramente o espírito e as características naturais de Huehuetenango.

A CII a está ajudando nesse projeto porque, após experimentar o produto no comércio local na Cidade da Guatemala, Iliana se deu conta que, embora existisse um mercado para seu café de qualidade excepcional, era preciso um visual mais requintado: “Com a ajuda do FINPYME *ExportPlus*, conseguiremos melhorar nossa embalagem e esperamos que, muito em breve, comecemos a exportar nosso produto para a Itália com nossa própria etiqueta. Isso significa que boa parte dos lucros ficará aqui, em Huehuetenango, nas mãos dos nossos cafeicultores locais.”





Um marco de ética nos negócios

Os esforços da CII para promover a integridade e a transparência na luta contra a corrupção obtiveram uma nova conquista em 2011 com o lançamento do FINPYME *Integrity*, programa destinado a conscientizar as PMEs da América Latina e do Caribe sobre o valor da ética nos negócios.

Com o apoio do Fundo Fiduciário Coreia–CII para o Desenvolvimento das PMEs, o FINPYME *Integrity* teve seu lançamento oficial na forma de módulos de capacitação de instrutores em três países anglófonos do Caribe, que apresentaram uma série de diretrizes e ferramentas criadas com o apoio da Administração Internacional do Comércio do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e da Câmara Coreana de Comércio e Indústria. Esses instrumentos, que incorporam opiniões de empresas e profissionais, ajudarão os instrutores a facilitar a implementação das melhores práticas em ética nos negócios por meio da elaboração de códigos de conduta e treinamento dos empregados das PMEs para a tomada das decisões corretas na condução de suas empresas. Após a conclusão da etapa-piloto do programa, em 2012, essas ferramentas de treinamento estarão à disposição do público em geral. Essa iniciativa da CII resulta dos acordos firmados em 2010 pelo BID, a CII e o Fórum Econômico Mundial.

A CII trabalha com organizações locais para atender melhor as necessidades específicas das PMEs em cada país. Por sua vez, essas entidades se valem dos serviços de assistência técnica do FINPYME *Integrity* para canalizar e fazer chegar suas melhores práticas até os pequenos empresários. Os principais parceiros da CII são a Cave Hill School of Business, em Barbados, a Private Sector Organisation, na Jamaica, a Câmara Americana de Comércio de Trinidad e Tobago, a Syntegra Change Architects Ltd., a Câmara de Comércio e Indústria de Trinidad e Tobago e o Transparency Institute, em Trinidad e Tobago.



Os números

5 seminários

212 PMEs participantes



Temas

Ética, transparência e integridade

Códigos de conduta

Práticas de combate à corrupção



Apoio direto e amplo

No âmbito do programa FINPYME *Technical Assistance*, a CII oferece cinco tipos de assistência direta a seus clientes: o custeio de estudos para determinar a viabilidade de seus projetos; serviços de consultoria destinados a fortalecer sua competitividade; apoio em seus esforços de aprimoramento dos processos e produtos de seus fornecedores; monitoramento da implementação de projetos financiados pela CII a fim de garantir a consecução de suas respectivas metas e objetivos; e o financiamento de estudos sobre questões ambientais, sociais e trabalhistas, atendendo ao objetivo duplo de ajudar as empresas a cumprir as normas internacionais e a preencher os requisitos básicos para o acesso a financiamentos de longo prazo.

Em 2011, a CII levou o FINPYME *Technical Assistance* a 17 empresas.



Temas

Estudos de viabilidade

Competitividade

Monitoramento de projetos

Certificações

Aprimoramento de produtos

Estudos ambientais

75

empresas treinadas desde 2002

25

países abrangidos

75

consultorias concluídas



PMEs mais verdes

O GREENPYME promove a adoção de medidas de eficiência energética e auditorias energéticas para ajudar as PMEs a identificar e implementar meios de reduzir os custos com energia.

Em parceria com bancos locais, empresas especializadas em soluções de eficiência energética e especialistas da área, o programa tem como objetivos romper as barreiras que bloqueiam o acesso ao financiamento verde e capacitar empresários e executivos de bancos por meio de seminários e serviços de assistência técnica especializada.

Em 2011, com o apoio financeiro do Nordic Development Fund, a CII organizou, em conjunto com o grupo BAC|Credomatic, uma série de seminários onde um grupo de provedores de serviços e de tecnologia explicou o funcionamento das tecnologias energéticas eficientes e como elas contribuem para reduzir os custos e melhorar a produtividade das PMEs. Especialistas da Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática do BID discutiram o conceito de financiamento de carbono, por meio do qual as empresas podem se beneficiar de diversos incentivos para reduzir seu impacto sobre a mudança climática e, por extensão, sua pegada de carbono. O BAC|Credomatic apresentou suas linhas ecológicas para financiamento de investimentos em eficiência energética. As PMEs que compareceram aos seminários do GREENPYME recebem assistência técnica gratuita para a realização de auditorias energéticas. A mais recente realização do programa foi o lançamento do seu website (www.GREENPYME.org), com apoio financeiro do Nordic Development Fund, que oferece às PMEs regionais ferramentas destinadas a ampliar o acesso a informações e aumentar a eficiência energética.

No início do ano, a CII e o BAC|Credomatic treinaram cerca de 50 funcionários de empréstimos dessa instituição na América Central, assentando as bases para o lançamento oficial do GREENPYME naquela parte da região.

“Uma auditoria energética mostrou que a substituição de parte dos sistemas de iluminação e dos equipamentos de produção e automação dos escritórios poderia reduzir em 27% o consumo de energia, permitindo a recuperação do investimento em quatro anos.”

DAYAN HERNÁNDEZ
DIRETORA DA ITALDEC, EMPRESA COLOMBIANA QUE FABRICA EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E IMPLANTES DENTÁRIOS



Os números

5 seminários sobre eficiência energética

186 PMEs participantes

946

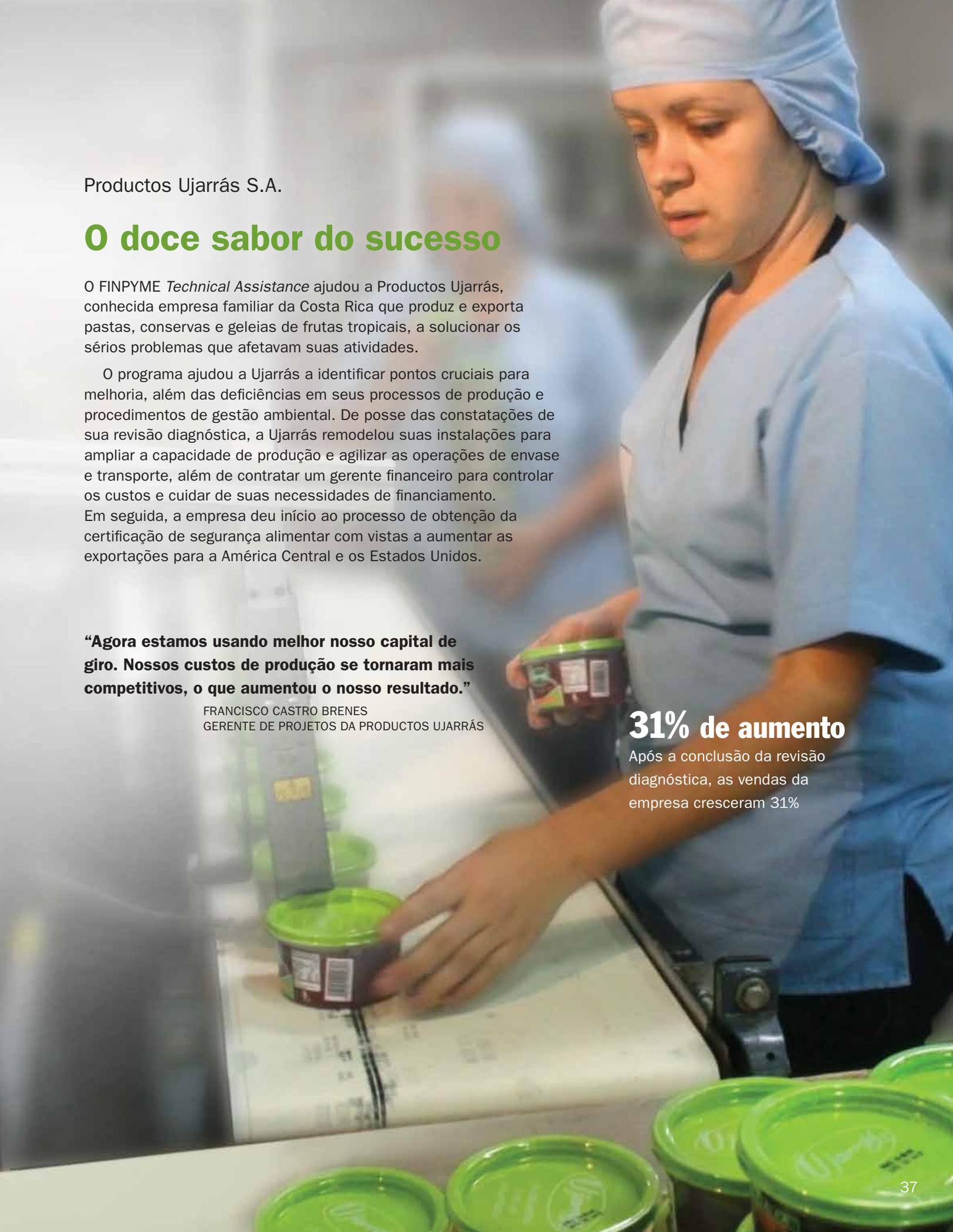
empresas treinadas desde 2008

10

países abrangidos

83

consultorias concluídas



Productos Ujarrás S.A.

O doce sabor do sucesso

O FINPYME *Technical Assistance* ajudou a Productos Ujarrás, conhecida empresa familiar da Costa Rica que produz e exporta pastas, conservas e geleias de frutas tropicais, a solucionar os sérios problemas que afetavam suas atividades.

O programa ajudou a Ujarrás a identificar pontos cruciais para melhoria, além das deficiências em seus processos de produção e procedimentos de gestão ambiental. De posse das constatações de sua revisão diagnóstica, a Ujarrás remodelou suas instalações para ampliar a capacidade de produção e agilizar as operações de envase e transporte, além de contratar um gerente financeiro para controlar os custos e cuidar de suas necessidades de financiamento. Em seguida, a empresa deu início ao processo de obtenção da certificação de segurança alimentar com vistas a aumentar as exportações para a América Central e os Estados Unidos.

“Agora estamos usando melhor nosso capital de giro. Nossos custos de produção se tornaram mais competitivos, o que aumentou o nosso resultado.”

FRANCISCO CASTRO BRENES
GERENTE DE PROJETOS DA PRODUCTOS UJARRÁS

31% de aumento

Após a conclusão da revisão diagnóstica, as vendas da empresa cresceram 31%

A CII em síntese

A CII fomenta o desenvolvimento econômico dos países membros na América Latina e no Caribe por meio do financiamento de empresas privadas. A CII iniciou suas operações em 1989 e concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio porte que têm dificuldade em obter financiamentos de médio e longo prazo.

As empresas e projetos financiados pela CII devem ser economicamente viáveis e operar com eficiência, além de estimular o crescimento econômico e promover a boa gestão ambiental. A CII apoia empresas que criam empregos, ajudam a ampliar a propriedade do capital e facilitam a transferência de recursos e tecnologia. Também estão qualificados para receber apoio da CII projetos que gerem divisas ou fomentem a integração econômica na América Latina e no Caribe.

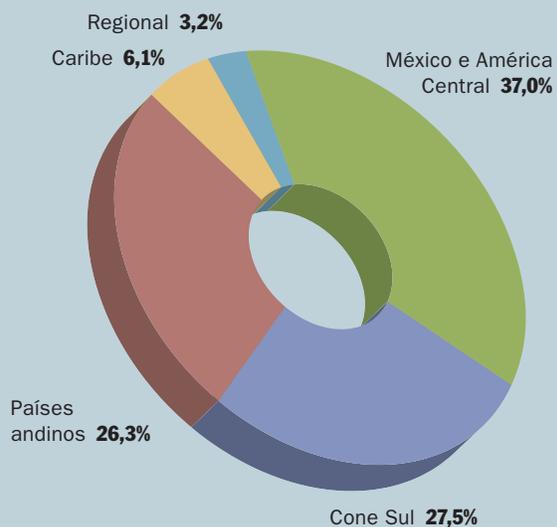
Como organização financeira multilateral, a CII oferece uma série de alternativas de financiamento, inclusive empréstimos diretos, garantias, participações societárias e linhas de crédito para intermediários financeiros. As operações da CII servem também como catalisadores para atração de tecnologia, experiência e fontes de financiamento adicionais para projetos. Os recursos são mobilizados por meio de acordos de cofinanciamento e sindicalização, apoio para subscrição de ações, obrigações e outros títulos, além de parcerias em joint ventures.

A CII é membro do Grupo do BID, é juridicamente autônoma e seus recursos e administração são separados do BID. A CII está sediada em Washington, D.C. e tem funcionários em dez países da América Latina e do Caribe.

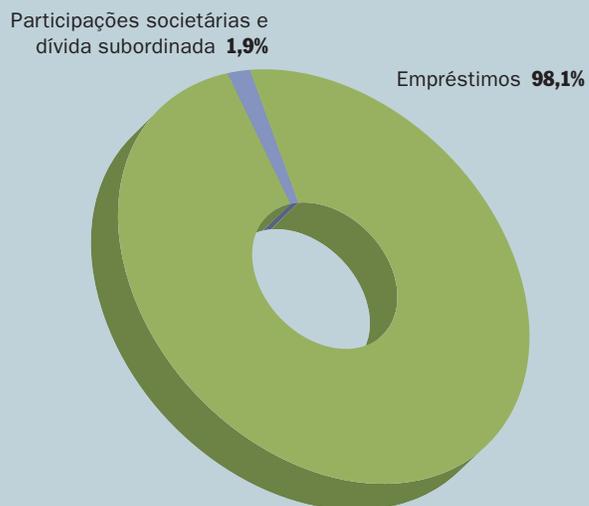
Investimentos em 2011

DETALHAMENTO DAS APROVAÇÕES

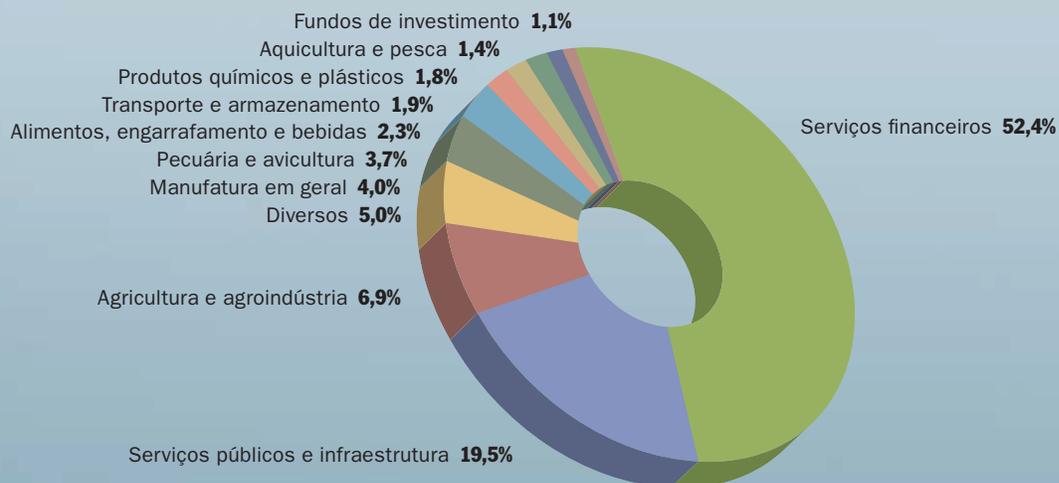
Aprovações por região



Aprovações por tipo de investimento

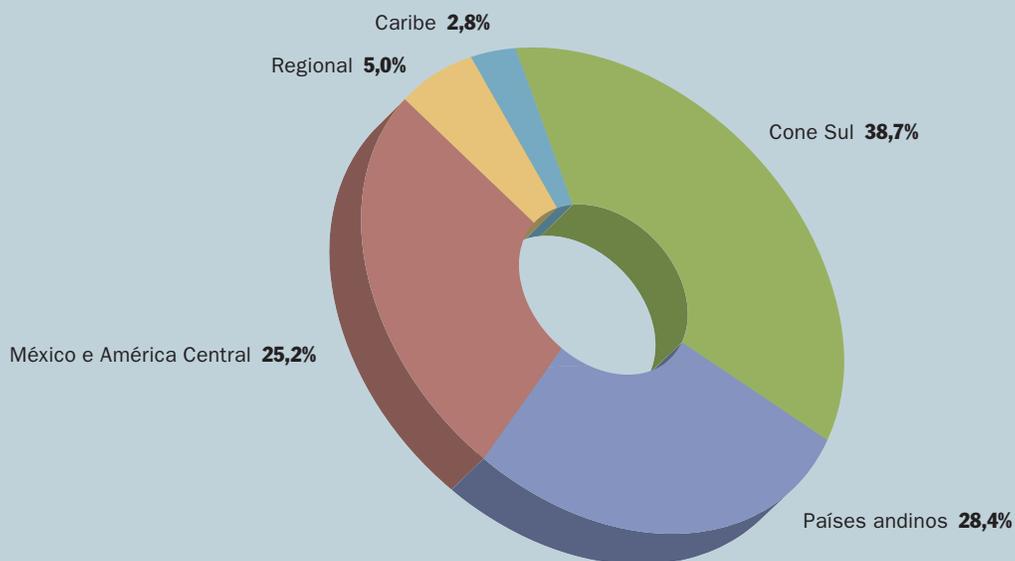


Aprovações por setor

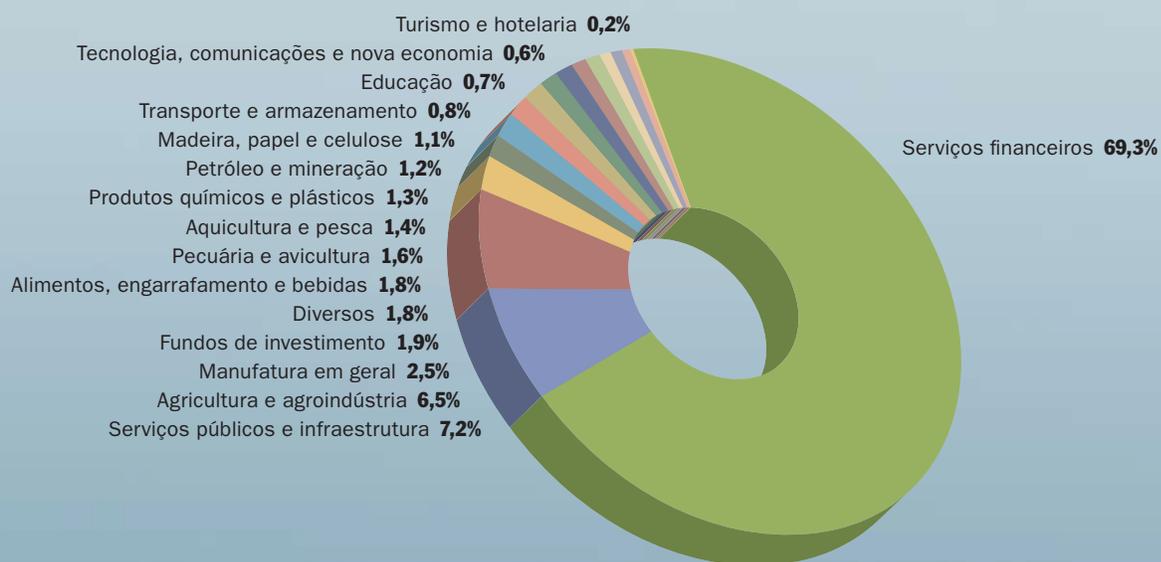


CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Carteira em aberto por região*



Carteira em aberto por setor*

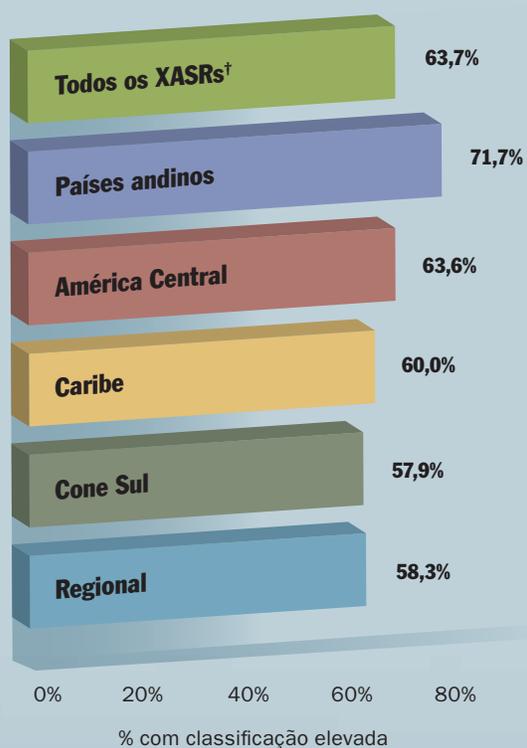


PROGRAMAS PARA PMEs

Programa	Medida	Valor
FINPYME <i>Diagnostics</i>	Número cumulativo de avaliações diagnósticas realizadas	365
	Número cumulativo de empresas que receberam assistência técnica individual ou em grupo	953
GREENPYME	Número cumulativo de participantes em seminários	946
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	103
FINPYME <i>Family Business</i>	Número cumulativo de participantes em seminários	326
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	191
FINPYME <i>ExportPlus</i>	Número cumulativo de PMEs que receberam assistência técnica individual ou em grupo	832
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	56
FINPYME <i>Integrity</i>	Número cumulativo de participantes de PMEs em seminários	212
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	32
Assistência técnica direta	Número cumulativo de projetos com componente de assistência técnica	75
Seminário de treinamento ambiental	Número cumulativo de participantes em seminários	549
Empréstimos por meio de intermediários financeiros	Número cumulativo de subempréstimos	1.633.491
IFEM	Número cumulativo de projetos aprovados	12
FINPYME <i>Credit</i>	Número cumulativo de projetos aprovados	52
	Financiamento médio do IFEM	US\$ 2.095.833
	Financiamento médio do FINPYME <i>Credit</i>	US\$ 254.553
	Valor cumulativo da assistência técnica para clientes diretos da CII	US\$ 3.975.770

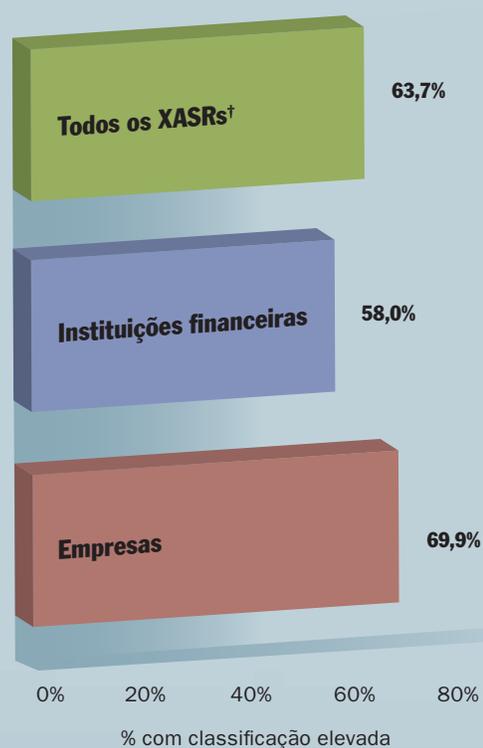
RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO

Resultados no desenvolvimento por região*



■ US\$ 1,28 bilhão 171 projetos	■ US\$ 35,0 milhões 5 projetos
■ US\$ 380,8 milhões 53 projetos	■ US\$ 451,8 milhões 57 projetos
■ US\$ 314,5 milhões 44 projetos	■ US\$ 98,7 milhões 12 projetos

Resultados no desenvolvimento por tipo de operação*



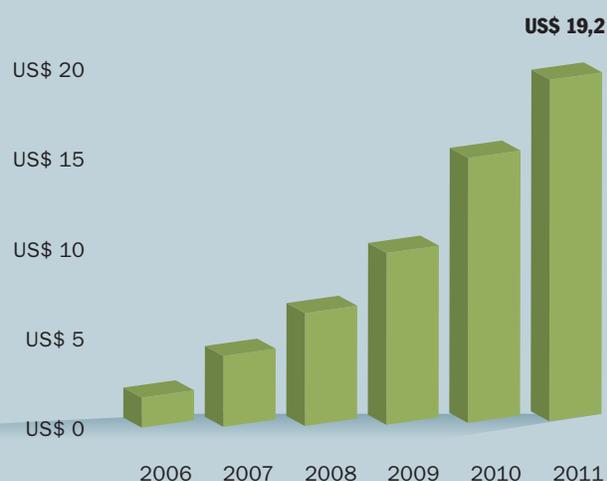
■ US\$ 1,28 bilhão 171 projetos
■ US\$ 823,6 milhões 88 projetos
■ US\$ 457,2 milhões 83 projetos

*Dados dos XASRs em 31 de dezembro de 2011, abrangendo projetos aprovados pela CII entre 1989 e 2007 e avaliados pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID. Para mais detalhes consultar a seção Resultados no desenvolvimento.

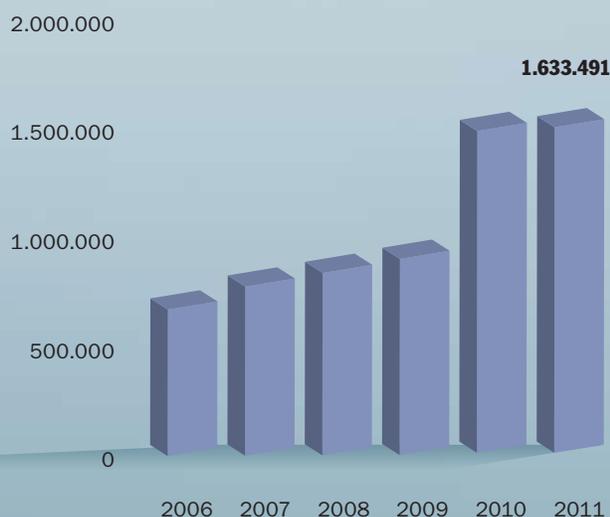
†Relatório Ampliado de Supervisão Anual.

Montante acumulado dos programas de assistência técnica e projetos aprovados

(Em milhões de US\$)



Quantidade de PMEs beneficiadas por meio de intermediários financeiros



Aquisição agregada

(Em milhares de US\$)

País	Montante
Alemanha	US\$ 81.613
Argentina	US\$ 470.713
Áustria	US\$ 358
Bahamas	US\$ 10.112
Barbados	US\$ 11.250
Bélgica	US\$ 6.853
Belize	US\$ 8.227
Bolívia	US\$ 13.231
Brasil	US\$ 268.089
Chile	US\$ 162.915
Colômbia	US\$ 32.790
Costa Rica	US\$ 72.902
Dinamarca	US\$ 8.102
Equador	US\$ 38.717
El Salvador	US\$ 15.921
Espanha	US\$ 34.976
Estados Unidos	US\$ 604.776
Finlândia	US\$ 2.331
França	US\$ 34.161
Guatemala	US\$ 49.707
Guiana	US\$ 600
Haiti	US\$ —
Honduras	US\$ 57.498
Israel	US\$ 13.530
Itália	US\$ 49.873
Jamaica	US\$ 48.083
Japão	US\$ 22.170
México	US\$ 100.637
Nicarágua	US\$ 23.687
Noruega	US\$ 7.551
Países Baixos	US\$ 70.593
Panamá	US\$ 43.530
Paraguai	US\$ 25.077
Peru	US\$ 72.813
Portugal	US\$ —
República da Coreia	US\$ 1.057
República Dominicana	US\$ 54.243
República Popular da China	US\$ 8.400
Suécia	US\$ 5.895
Suíça	US\$ 27.972
Suriname	US\$ —
Trinidad e Tobago	US\$ 1.000
Uruguai	US\$ 87.198
Venezuela	US\$ 42.531
Regional	US\$ 18.530

Visão geral de 2011

Um ano de recordes

Investimentos em novos setores. Mais produtos e programas. Mais capital e adicionalidade. Melhores resultados.

Resultados operacionais

Em 2011, a CII aprovou US\$ 464,7 milhões em investimentos e empréstimos diretos e US\$ 470,5 milhões em operações de cofinanciamento que ampliaram significativamente os recursos oferecidos diretamente por ela.



ARGENTINA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 41,5 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **8,9%**

Banco Itaú Argentina S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 40 milhões



Hychico S.A.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 8 milhões

Custo total do projeto: US\$ 21,2 milhões



Banco Patagonia S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 8 milhões

Custo total do projeto: US\$ 8 milhões



Profertil S.A.

Setor: Produtos químicos e plásticos

Montante aprovado: US\$ 8 milhões

Custo total do projeto: US\$ 70 milhões



Fincas Patagónicas S.A.

Setor: Alimentos, engarrafamento e bebidas

Montante aprovado: US\$ 1 milhão

Custo total do projeto: US\$ 1 milhão



Viluco S.A.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 6,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 124,3 milhões



BOLÍVIA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 10,7 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **2,3%**

ADM-SAO S.A.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 10 milhões



Altmann Montero Exportaciones S.R.L.

Setor: Madeira, papel e celulose

Montante aprovado: US\$ 400.000

Custo total do projeto: US\$ 600.000



Gramma Bolivia S.R.L.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 300.000

Custo total do projeto: US\$ 300.000



BRASIL

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 7,8 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **1,7%**

Banco Industrial e Comercial S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 7 milhões

Custo total do projeto: US\$ 7 milhões



Desler do Brasil Comércio e Serviços Ambientais Ltda.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 800.000

Custo total do projeto: US\$ 1 milhão



CHILE

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 45,5 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **9,8%**

Compañía Agropecuaria Copeval S.A.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 10 milhões



Eurocapital S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 5 milhões



Cooperativa del Personal de la Universidad de Chile Limitada

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 5 milhões



Factorline S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 15 milhões

Custo total do projeto: US\$ 15 milhões



Factotal S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 7 milhões

Custo total do projeto: US\$ 7 milhões



Patagoniafresh S.A.

Setor: Alimentos, engarrafamento e bebidas

Montante aprovado: US\$ 2 milhões

Custo total do projeto: US\$ 39,3 milhões



Pesquera Trans Antartic Ltda.

Setor: Aquicultura e pesca

Montante aprovado: US\$ 1,5 milhão

Custo total do projeto: US\$ 3,7 milhões



COLÔMBIA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 71,3 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **15,3%**

Banco Davivienda S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 30 milhões

Custo total do projeto: US\$ 30 milhões



Energía Integral Andina S.A.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 8 milhões

Custo total do projeto: US\$ 61 milhões



Banco de Bogotá S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 30 milhões

Custo total do projeto: US\$ 30 milhões



Grupo Gelec S.A.S.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 2,6 milhões

Custo total do projeto: US\$ 4,3 milhões



Desler Colombia S.A.S.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 700.000

Custo total do projeto: US\$ 950.000



COSTA RICA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 26,0 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **5,6%**

Banco General (Costa Rica) S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 10 milhões



Banco HSBC (Costa Rica) S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 15 milhões

Custo total do projeto: US\$ 15 milhões



Coopealianza R.L.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 1 milhão

Custo total do projeto: US\$ 1 milhão



REPÚBLICA DOMINICANA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 16,6 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **3,6%**

Banco Múltiple Santa Cruz S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 2 milhões

Custo total do projeto: US\$ 2 milhões



LS Energía Dominicana S.R.L.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 7,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 83,9 milhões



Industrias Nacionales C. por A.

Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 6 milhões

Custo total do projeto: US\$ 6 milhões



Wind Telecom S.A.

Setor: Tecnologia, comunicações e nova economia

Montante aprovado: US\$ 1,14 milhão

Custo total do projeto: US\$ 5 milhões



EQUADOR

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 14,5 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **3,1%**

Banco del Austro S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 2 milhões

Custo total do projeto: US\$ 2 milhões



Banco ProCredit S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 20 milhões



Genser Power Inc.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 2,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 3,5 milhões



Industrial Pesquera Santa Priscila S.A.

Setor: Aquicultura e pesca

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 10,6 milhões



EL SALVADOR

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 6,4 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **1,4%**

Compañía Azucarera Salvadoreña S.A. de C.V.



Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 6 milhões

Custo total do projeto: US\$ 6 milhões

Mobilia S.A. de C.V.



Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 350.000

Custo total do projeto: US\$ 350.000



GUATEMALA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 600.000**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **0,1%**

Italpiel S.A.

Setor: Têxteis, confecções e couro

Montante aprovado: US\$ 400.000

Custo total do projeto: US\$ 431.211



Tecnología en Empaque S.A.

Setor: Produtos químicos e plásticos

Montante aprovado: US\$ 200.000

Custo total do projeto: US\$ 216.000



HAITI

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 4,0 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **0,9%**

Access Haïti S.A.

Setor: Tecnologia, comunicações e nova economia

Montante aprovado: US\$ 3,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 7 milhões



Caribbean Craft

Setor: Diversos

Montante aprovado: US\$ 150.000

Custo total do projeto: US\$ 350.000



DKDR Haïti S.A.

Setor: Têxteis, confecções e couro

Montante aprovado: US\$ 360.000

Custo total do projeto: US\$ 420.000



JAMAICA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 7,5 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **1,6%**

Jamaica Broilers Group Limited

Setor: Pecuária e avicultura

Montante aprovado: US\$ 7 milhões

Custo total do projeto: US\$ 7 milhões



Jamaican Teas Limited

Setor: Alimentos, engarrafamento e bebidas

Montante aprovado: US\$ 500.000

Custo total do projeto: US\$ 610.000





MÉXICO

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 17,0 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **3,7%**

Agrofinanzas S.A. de C.V.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: MX\$ 30 milhões,
equivalentes a US\$ 2,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 2,5 milhões



Edilar S.A. de C.V.

Setor: Educação

Montante aprovado: US\$ 3,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 41 milhões



Almacenadora Mercader S.A.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 62,5 milhões



Fondo de Infraestructura Evercore México

Setor: Fundos de investimento

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 160 milhões



Unión de Crédito General S.A. de C.V.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: MX\$ 12 milhões,
equivalentes a US\$ 1 milhão

Custo total do projeto: US\$ 1 milhão



NICARÁGUA

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 71,3 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **15,3%**

Blue Power & Energy S.A.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 50 milhões

Custo total do projeto: US\$ 115 milhões



Ganadería Integral de Nicaragua S.A.

Setor: Pecuária e avicultura

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 33 milhões



Casa Pellas S.A.

Setor: Diversos

Montante aprovado: US\$ 3,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 3,5 milhões



Laboratorios Generifar S.A.

Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 400.000

Custo total do projeto: US\$ 545.130



Compañía Cervecera de Nicaragua S.A.

Setor: Alimentos, engarrafamento e bebidas

Montante aprovado: US\$ 7 milhões

Custo total do projeto: US\$ 7 milhões



Sales de Nicaragua S.A.

Setor: Alimentos, engarrafamento e bebidas

Montante aprovado: US\$ 154.000

Custo total do projeto: US\$ 154.000



Desarrollo Agrícola S.A.

Setor: Agricultura e agroindústria

Montante aprovado: US\$ 200.000

Custo total do projeto: US\$ 253.000



PANAMÁ

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 50,5 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **10,9%**

Hidroeléctrica San Lorenzo S.A.

Setor: Serviços públicos e infraestrutura

Montante aprovado: US\$ 10,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 33,8 milhões



HSBC Bank (Panamá) S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 40 milhões

Custo total do projeto: US\$ 260 milhões



PARAGUAI

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 23,3 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **5,0%**

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Paraguay S.A.



Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 15 milhões

Custo total do projeto: US\$ 65 milhões

Banco Regional S.A.E.C.A.



Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 8 milhões

Custo total do projeto: US\$ 8 milhões

Fibras de Vidrio Caaguazú S.A.



Setor: Produtos químicos e plásticos

Montante aprovado: US\$ 250.000

Custo total do projeto: US\$ 470.000



PERU

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 25,6 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **5,5%**

Caja Rural de Ahorro y Crédito Nuestra Gente S.A.A.



Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 4,6 milhões

Custo total do projeto: US\$ 4,6 milhões

Envases Los Pinos S.A.C.



Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 3 milhões

Custo total do projeto: US\$ 3 milhões

Cartones Villa Marina S.A.



Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 3 milhões

Custo total do projeto: US\$ 3 milhões

Mibanco, Banco de la Microempresa S.A.



Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 15 milhões

Custo total do projeto: US\$ 15 milhões

URUGUAI

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 9,7 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **2,1%**

Evamel S.A.

Setor: Aquicultura e pesca

Montante aprovado: US\$ 100.000

Custo total do projeto: US\$ 200.000



Microfinanzas del Uruguay S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 500.000

Custo total do projeto: US\$ 500.000



Laboratorios Uruguay S.A.

Setor: Manufatura em geral

Montante aprovado: US\$ 380.000

Custo total do projeto: US\$ 380.000



Orofrán S.A.

Setor: Transporte e armazenamento

Montante aprovado: US\$ 6,5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 28 milhões



Lirio Blanco S.A.

Setor: Transporte e armazenamento

Montante aprovado: US\$ 2,2 milhões

Custo total do projeto: US\$ 9,3 milhões



REGIONAL

Total de financiamentos aprovados em 2011 **US\$ 15,0 milhões**

Porcentagem do total de aprovações em 2011 **3,2%**

Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura S.A.

Setor: Serviços financeiros

Montante aprovado: US\$ 5 milhões

Custo total do projeto: US\$ 5 milhões



GMG Holding S.A.

Setor: Diversos

Montante aprovado: US\$ 10 milhões

Custo total do projeto: US\$ 175 milhões



RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO

Em 2011, nosso financiamento chegou a novos setores da economia da América Latina e do Caribe.

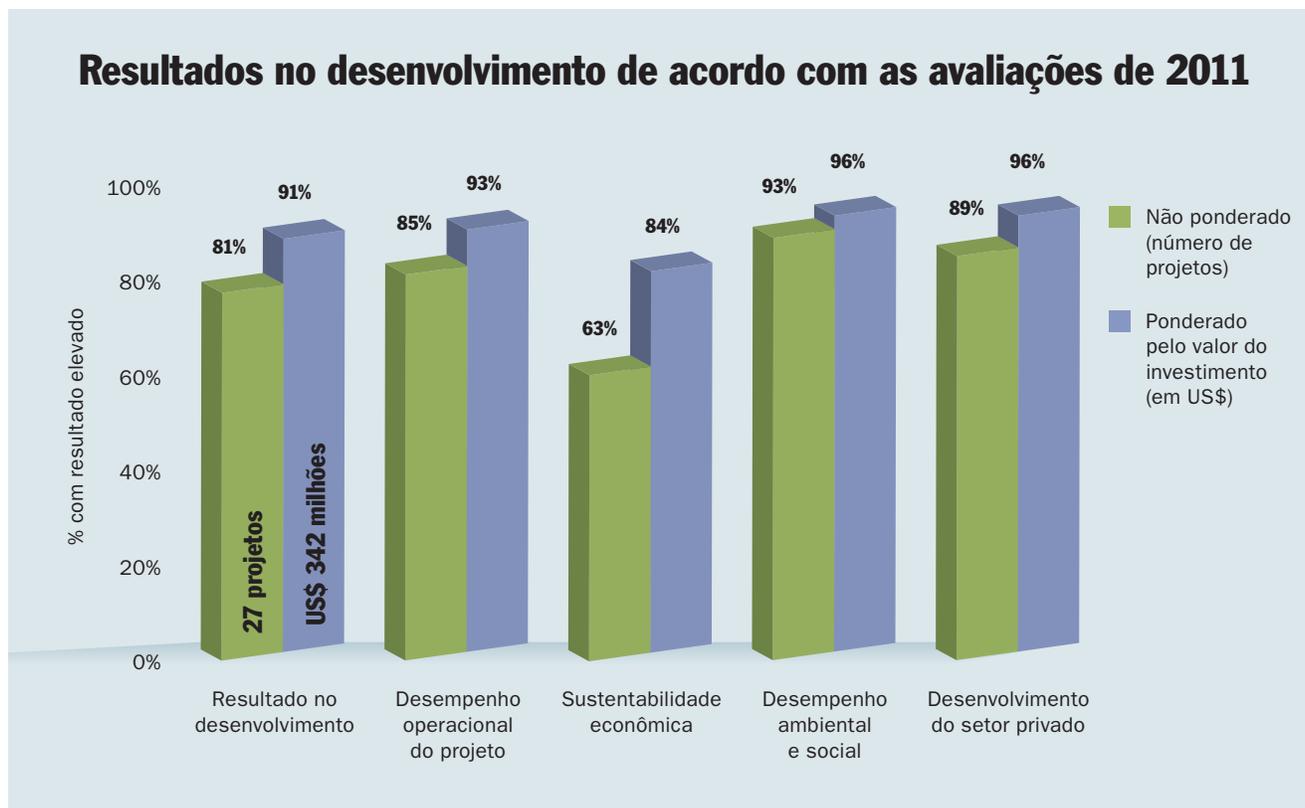
Nosso objetivo: um grande impacto

Para avaliar o impacto de suas operações sobre o desenvolvimento, a CII usa duas ferramentas com vários indicadores em comum. Uma delas é o sistema de pontuação da contribuição ao desenvolvimento e a adicionalidade (DIAS, sigla em inglês), criado em 2008, que estima o provável impacto sobre o desenvolvimento de um projeto antes de sua aprovação e ao longo de sua duração.

A outra ferramenta é o relatório ampliado de supervisão anual (XASR, sigla em inglês). Em uso desde 2001, os XASRs medem o resultado no desenvolvimento de um projeto e avaliam os resultados do investimento, a qualidade do trabalho e a adicionalidade da CII.

O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID validou um total de 27 projetos em 2011. Nove dessas operações foram feitas diretamente com empresas e 18 com intermediários financeiros. Todas elas chegaram a sua fase de maturação em 2010, após três a cinco anos de operação.

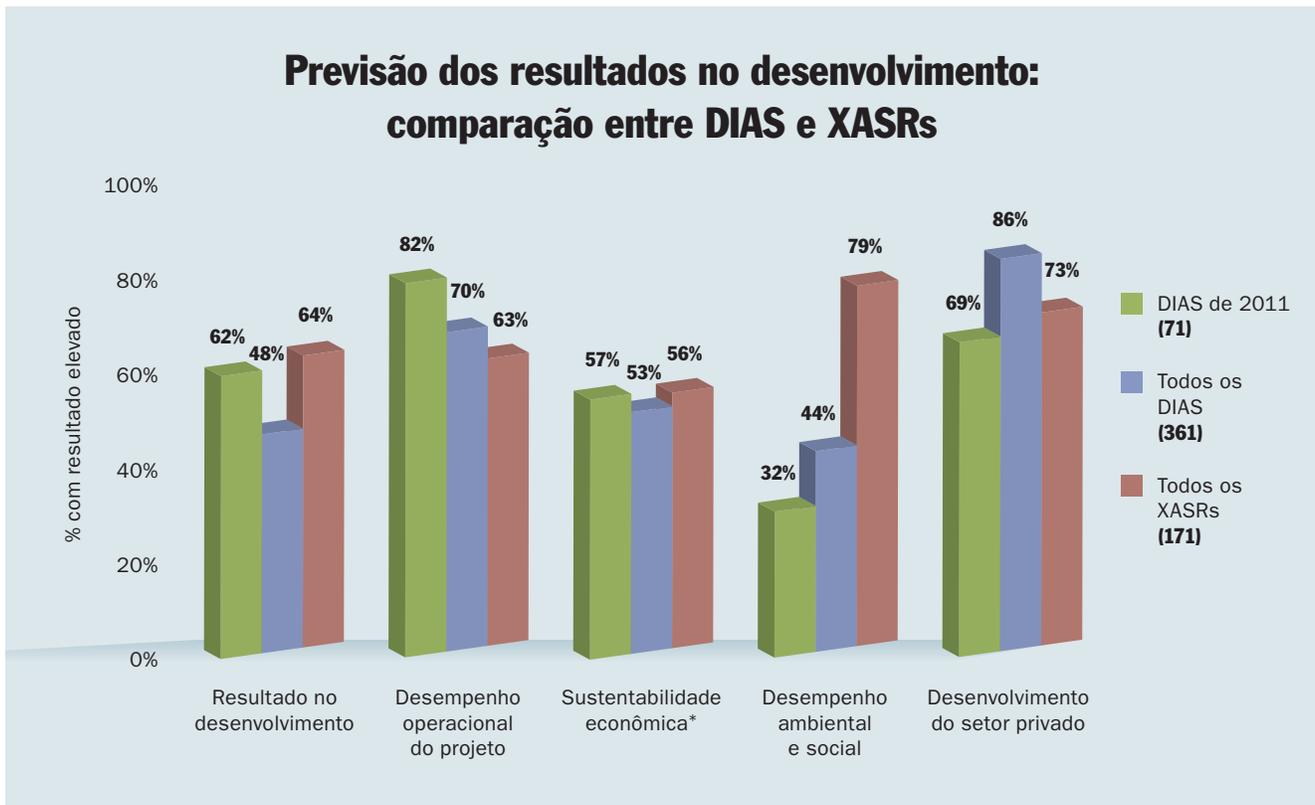
As atividades da CII têm efeitos importantes...



...um passado e um presente sólidos...



...e um futuro brilhante.



*Os dados de DIAS incluem projetos com empresas; os projetos com intermediários financeiros não estão incluídos.

Evolução conceitual do sistema DIAS

A CII busca aprimorar constantemente o sistema DIAS, usado para estimar o possível impacto no desenvolvimento de cada projeto no seu início e ao longo de sua duração. Em 2011, foi adotado um importante indicador para medir a atenuação da mudança climática ou a adaptação a tal mudança. Esse novo indicador permite atribuir mais pontos ao impacto no desenvolvimento de projetos que consigam reduzir as emissões de gases do efeito estufa ou que ajudem as empresas a adaptar-se à mudança climática, além de permitir que a CII acompanhe mais de perto sua crescente carteira de projetos de energia limpa.

Tendo em vista o número cada vez maior de empresas clientes da CII com operações em vários países, a CII resolveu adotar um novo indicador referente à diversificação por país.

Ademais, como a CII está começando a oferecer níveis variados de assistência em termos de governança corporativa e questões ambientais e sociais, sobretudo por meio dos seus programas de assistência técnica, o sistema DIAS foi modificado de modo a refletir o nível de melhoria previsto ou obtido em decorrência da participação no projeto da CII. Antes, a pontuação refletia apenas se uma possível melhoria estava prevista, mas não o seu nível.

No início de 2012, será lançada uma nova versão do DIAS.

Sustentabilidade ambiental e social

Uma semana para salvar o futuro

O treinamento e assistência técnica são essenciais para os projetos irem além dos benefícios econômicos e financeiros. Em 2011, boa parte dos esforços da CII para a promoção da adicionalidade concentraram-se na sustentabilidade ambiental.

Em colaboração com o Itaú Unibanco — instituição que participa há mais de uma década dos seminários da CII sobre a gestão de riscos ambientais — a CII organizou a Semana da Sustentabilidade 2011, o segundo evento anual do gênero, desta vez no Brasil. Os seminários procuraram oferecer às PMEs informações sobre eficiência energética e às instituições financeiras ferramentas práticas para integrar questões de sustentabilidade a suas práticas e procedimentos internos.

O primeiro seminário, em São Paulo, procurou oferecer às PMEs as ferramentas necessárias para identificar e implementar medidas de eficiência energética destinadas a reduzir seus custos com energia e sua pegada de carbono. O segundo, *Gestão Ambiental para o Setor Financeiro*, foi conduzido em Salvador, em conjunto com a Unidade de Salvaguardas Ambientais do BID, e contou com a participação de representantes de 18 instituições financeiras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Nessa ocasião, o Itaú Unibanco fez uma exposição sobre seus conhecimentos e experiência na área da sustentabilidade, e as instituições financeiras participantes puderam conhecer diversas maneiras de reduzir seus riscos ambientais e sociais.

Fechando a série, o seminário *Mudança Climática: Desafios e Oportunidades para as Instituições Financeiras* foi organizado pela CII em conjunto com a Unidade de Energia Sustentável e Mudança Climática do BID, com o objetivo de ajudar as instituições financeiras a identificar riscos e oportunidades relacionados à mudança climática. Um representante do Itaú Unibanco participou na condição de palestrante convidado.

A CII está interessada em fortalecer as capacidades das instituições financeiras locais e de outras entidades, estabelecendo parcerias para sensibilizar o público sobre a mudança climática e a eficiência energética e fomentar o uso de fontes de energia renovável. Nos últimos anos, a CII também firmou parcerias com outras instituições financeiras da América Latina e do Caribe.

1999

A CII organiza seu primeiro seminário sobre a gestão dos riscos ambientais em Miami

549

executivos receberam treinamento

207

instituições financeiras participaram

Coordenação com outros guichês voltados para o setor privado

Divisão de trabalho no Grupo do BID

A CII acredita firmemente no trabalho coordenado e na estreita cooperação entre os guichês do Grupo do BID voltados para o setor privado.

Ao longo de 2011, a Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana do BID trabalhou com todos os seus guichês para definir as regras fundamentais para o próximo ciclo de planejamento.

O MiGroF e sua atuação com o Fumin

A CII e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) são os acionistas patrocinadores do Fundo de Crescimento Microfinanceiro (MiGroF), que empresta a instituições de microfinanças da região para que elas financiem micro e pequenas empresas. O MiGroF é um fundo de contingência constituído em 2010 para cobrir eventuais déficits de financiamento decorrentes da crise financeira mundial.

US\$ 15 milhões

Aporte total da CII e do Fumin

US\$ 20 milhões

Aporte de seis outros parceiros

US\$ 125 milhões

Aporte inicial da Overseas Private Investment Corporation dos Estados Unidos

Na base da pirâmide, com Oportunidades para a Maioria

A CII e a iniciativa Oportunidades para a Maioria do BID estão prestando consultoria a 100 PMEs brasileiras na “base da pirâmide” para ajudá-las a aumentar sua produtividade e conseguir acesso a financiamentos. Os programas FINPYME *Family Business*, FINPYME *Integrity* e GREENPYME são componentes fundamentais desse projeto de capacitação.

US\$ 1 milhão

Orçamento do projeto

50%

Aporte do Fundo Fiduciário Coreia–CII para o Desenvolvimento das PMEs

50%

Aporte do Itaú Unibanco e do Endeavor Brasil

No Haiti, com o Grupo de Atenção ao Haiti

A CII, o Grupo de Atenção ao Haiti do BID e o governo espanhol criaram o Fundo de Desenvolvimento das PMEs no Haiti, que oferece empréstimos em conjunto com instituições financeiras locais. O BID solicitou a participação da CII em virtude de sua experiência no apoio às PMEs. Consulte mais informações na seção “Aqui, inovação significa desenvolvimento”, na página 26.

US\$ 60 milhões

Ativos do fundo

Coordenação com organismos de desenvolvimento

Um marco comum para a governança corporativa

Em setembro de 2011, em uma reunião em Washington, a CII firmou com mais de 20 instituições de financiamento de desenvolvimento o Marco para a Governança Corporativa no Âmbito do Desenvolvimento, uma metodologia e conjunto de ferramentas para a avaliação de riscos e oportunidades relacionados à governança em seus investimentos.

A intenção dos signatários é aumentar a conscientização sobre a importância das boas práticas de governança corporativa para o desenvolvimento econômico sustentável nos setores público e privado. Além disso, eles recomendam que a comunidade financeira internacional aplique o Marco em suas atividades de investimento mais importantes.

As instituições signatárias trabalharão em conjunto para promover as vantagens comerciais da boa governança corporativa. Ao adotarem o Marco, todas as instituições se comprometem a:

- integrar a suas operações de investimento as normas, procedimentos e ferramentas criados no âmbito do Marco para a Governança Corporativa;
- examinar as práticas de governança das empresas em que investirem e, sempre que necessário, formular planos de ação;
- identificar o pessoal encarregado de implementar o Marco e supervisionar sua aplicação;
- oferecer treinamento, diretamente ou por meio de especialistas contratados, para assegurar o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de conhecimentos com outros signatários; e
- apresentar relatórios anuais sobre o progresso na implementação do Marco.

29

organismos multilaterais firmaram o Marco para a Governança Corporativa no Âmbito do Desenvolvimento

RESULTADOS FINANCEIROS

A CII informou um lucro líquido de US\$ 10,3 milhões no final de 2011, o que confirma a manutenção de um nível aceitável de receitas e comprova sua capacidade de enfrentar os desafios intrínsecos da recente crise financeira que abala a região.

As receitas de investimentos e empréstimos da CII no fechamento do exercício sofreram uma ligeira redução. As despesas financeiras, por sua vez, diminuíram a um ritmo maior, equilibrando assim a redução nas receitas. Esse fato se reflete na margem de juros líquidos da CII — mantida constante no patamar de 2,5% — e no retorno médio sobre o patrimônio líquido e sobre os ativos, de 1,3% e 0,7%, respectivamente, em consonância com a meta da CII de preservar seu nível de capitalização.

As despesas relacionadas com provisões foram menores, como reflexo do ajuste no nível exigido de provisões por categoria de risco, das baixas em carteiras aprovadas pela Administração e da melhoria geral da qualidade da carteira. No encerramento do exercício de 2011, essa condição resultou numa diminuição do total de provisões, de US\$ 56,5 milhões para US\$ 45,0 milhões. Como consequência, as provisões representaram 4,5% do total de empréstimos.

O patrimônio líquido da CII aumentou ligeiramente para US\$ 778 milhões. De um lado, os bons resultados financeiros da CII e a parcela de capital programada de US\$ 20.958.000 dos Estados Unidos ajudaram a impulsionar as contas patrimoniais. Todavia, esse aumento foi praticamente anulado por um aumento de US\$ 26,6 milhões em Outros prejuízos abrangentes, ligados a contribuições para os planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria da CII.

Qualidade dos ativos

O total dos ativos da CII atingiu US\$ 1,48 bilhão. Ao longo deste último exercício, os ativos de desenvolvimento da CII cresceram a um ritmo notável de 16% e totalizaram US\$ 1,07 bilhão. Mais uma vez, os ativos de desenvolvimento da CII ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão e recuperaram o terreno perdido com as quedas em 2009 e 2010.

A carteira de créditos inadimplidos com um dia ou mais de mora diminuiu de 3,0% em 2010 para 1,6% em 2011, e os empréstimos com redução no valor recuperável diminuíram de 4,2% para 1,0% no mesmo período. As reduções na carteira de créditos inadimplidos e nos empréstimos com redução no valor recuperável podem ser basicamente atribuídas à recuperação econômica da região, ao acompanhamento cuidadoso das operações problemáticas, bem como à decisão da Administração da CII de dar baixa em determinados empréstimos. Os fatores citados trouxeram uma melhoria geral da qualidade de crédito dos ativos de desenvolvimento.

No final de 2011, o índice das provisões para perdas com empréstimos era de 2,8 em relação aos empréstimos inadimplidos e de 4,5 em relação aos empréstimos com redução no valor recuperável.

Adequação do capital

O forte nível de capitalização da CII reforça sua capacidade de enfrentar os desafios trazidos por condições gerais de adversidade. A relação entre o patrimônio líquido e o total do ativo continuou sólida, com um resultado final de 52% em dezembro de 2011. Considerando o patrimônio líquido e o nível das provisões em dezembro de 2011, a CII atingiu uma cobertura de 77% do total de sua exposição a ativos relacionados a desenvolvimento.

O Convênio Constitutivo da CII restringe as captações a três vezes o patrimônio líquido. Na prática, a CII tem conseguido manter sua alavancagem abaixo desse teto. Houve um crescimento do índice de endividamento (passivo sobre patrimônio líquido) de 0,85 em 2010 para 0,91 em 2011, com a média de 0,80 nos últimos cinco anos.

Liquidez

A estratégia da CII é manter um equilíbrio apropriado entre os níveis de alavancagem e de liquidez, para assegurar que o excesso de liquidez amplie seus investimentos em ativos de desenvolvimento. No final de 2011, seus ativos líquidos representavam um terço de seu ativo total, o que indica a possibilidade de pagamento de aproximadamente 75% de sua dívida financeira sem a necessidade de recorrer a fontes adicionais de recursos.

Fontes de captação

Os aportes de capital pelos países membros têm representado a principal fonte de captação de recursos da CII. Não obstante, a CII mantém sua estratégia de buscar a diversificação de suas fontes de captação. Com esse objetivo, a CII negocia empréstimos bilaterais com bancos comerciais como parte de seus esforços contínuos para melhorar o seu perfil de endividamento e para definir cronogramas de vencimento de dívidas com maior escalonamento das datas de vencimento, de forma a evitar a concentração de vencimentos numa única data. Como resultado, a CII conseguiu aumentar a captação de empréstimos de US\$ 634 milhões para US\$ 659 milhões ao longo do último exercício.

Planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria

Os planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria da CII encerraram o exercício de 2011 com déficits de US\$ 23,6 milhões e US\$ 6,8 milhões, respectivamente. Isso resultou principalmente das atuais condições econômicas e financeiras, acarretando uma diminuição de 1% na taxa de desconto desses planos. A Administração e a Diretoria Executiva da CII monitoram continuamente as condições de déficit dos planos e aumentaram as contribuições para o Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria para US\$ 2,3 milhões em 2011, visando a equilibrar o déficit previsto para esse plano.

Organização interna

Estrutura

Assembleia de Governadores

Todos os poderes da CII estão investidos em sua Assembleia de Governadores, que é composta por um Governador e um Governador Suplente indicados por cada país membro. Entre os poderes investidos na Assembleia de Governadores e que não podem ser delegados à Diretoria Executiva estão a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da CII e a alteração de seu Convênio Constitutivo.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela condução das operações da CII. Para tanto, ela exerce todos os poderes que lhe foram conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembleia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a estrutura organizacional básica da CII, inclusive a quantidade das principais posições profissionais e administrativas e suas responsabilidades gerais, além de aprovar seu orçamento. Os 13 membros e 13 suplentes da Diretoria Executiva têm mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da CII.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por quatro membros: o diretor ou suplente nomeado pelo país membro com maior quantidade de ações da CII, dois diretores representando países membros em desenvolvimento da região e um diretor representando os demais países membros. Todos os empréstimos e investimentos da CII em empresas localizadas nos países membros são analisados por esse Comitê.

Administração

O presidente do BID é o Presidente *ex-officio* da Diretoria Executiva da CII e preside suas reuniões, mas só tem direito a voto em caso de empate, podendo participar, sem direito de voto, das reuniões da Assembleia de Governadores da CII.

Mediante recomendação de seu Presidente, a Diretoria Executiva nomeia o Gerente Geral da CII por maioria de quatro quintos do total dos votos. O Gerente Geral supervisiona os oficiais e funcionários da CII. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral de seu Presidente, o Gerente Geral conduz os negócios correntes da CII e, após consulta à Diretoria Executiva e seu Presidente, é responsável pela organização, nomeação e demissão de oficiais e funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, mas não tem direito a voto.

O Gerente Geral também determina a estrutura operacional da CII e pode modificá-la para acompanhar as necessidades de mudança da organização.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011, a CII tinha 107 cargos dedicados ao cumprimento de sua missão de desenvolvimento e contava com 24 funcionários em dez países da região: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Os demais funcionários estão lotados em sua sede, em Washington, D.C., inclusive 11 oficiais de investimento, que trabalham diretamente na originação e desenvolvimento de novos projetos, e 11 funcionários dedicados em tempo integral à supervisão direta de uma carteira de 209 projetos com empresas e instituições financeiras, inclusive com visitas de campo anuais.

Os demais funcionários dão apoio às atividades de projetos e programas e estão lotados em três divisões (Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, Finanças e Gestão de Riscos, e Jurídica) e cinco unidades (Assuntos Institucionais, Crédito, Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional, Gestão e Supervisão da Carteira e Operações Especiais).

Estrutura de remuneração do pessoal da sede da CII*

Grau	Cargo	Mínimo	Máximo	Funcionários no nível salarial	Salário médio/grau	Média de benefícios†
E2	Executivo	US\$ 274.358	US\$ 329.229	1,2%	US\$ 329.229	US\$ 128.399
E5	Executivo	200.174	250.218	1,2	250.218	97.585
1	Gerencial	162.106	235.054	11,0	191.334	74.620
2	Gerencial	141.875	212.812	2,4	170.449	66.475
3	Técnico	118.403	189.446	14,6	130.137	50.753
4	Técnico	104.178	166.684	15,9	115.517	45.052
5	Técnico	94.914	142.371	13,4	102.130	39.831
6	Técnico	84.755	127.132	4,9	85.968	33.528
7	Técnico	75.301	112.951	7,3	79.742	31.099
8	Técnico	66.054	99.081	8,5	76.468	29.823
9	Apoio	58.522	87.783	11,0	60.894	23.749
10	Apoio	47.188	75.501	4,9	52.107	20.322
11	Apoio	41.109	65.775	3,7	47.520	18.533
				100,0%		

*O pessoal regional é remunerado localmente segundo faixas salariais determinadas pelo BID.

†Inclui licenças, verbas rescisórias, seguro de vida e de saúde e outros benefícios não salariais: férias no país de origem, reembolso de impostos, viagem para nomeação, despesas de relocação e repatriação, salário família, auxílio para educação e benefícios de viagem a serviço.

Os membros da Diretoria Executiva da CII, inclusive Diretores Executivos, Suplentes, Conselheiros Sênior e Conselheiros, bem como o Presidente da Diretoria Executiva são remunerados pelo BID.

Novo marco

Ferramentas para combater a corrupção e a fraude

Em abril de 2011, a Diretoria Executiva da CII aprovou o novo Marco para a Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, que substitui o instrumento anterior, vigente desde 2001.

O novo marco consolida as práticas instituídas ao longo da última década na aplicação do instrumento anterior, contribui para melhorar a coordenação com a infraestrutura de prevenção de fraudes e corrupção do Grupo do BID e oficializa as práticas consensuais acordadas no âmbito do grupo de trabalho do qual participaram outras instituições financeiras internacionais. Assim, desde maio de 2011, a CII reconhece e se compromete a aplicar as decisões de impedimento tomadas por outras instituições signatárias do Acordo de Cumprimento Mútuo de Decisões de Impedimento.

Além disso, como parte dos esforços para harmonizar as operações dos diversos guichês do Grupo do BID voltados para o setor privado, em julho de 2011 a CII aprovou novas diretrizes de diligência devida de integridade para operações sem garantia soberana e estabeleceu regras para a divulgação do uso de entidades constituídas em centros financeiros *offshore*. A CII também atualizou seus sistemas e procedimentos internos de avaliação de projetos para levá-los ao conhecimento de sua Diretoria Executiva.

Demonstrações financeiras auditadas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes
Corporação Interamericana de Investimentos

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Em milhares de US\$ (exceto dados sobre ações)</i>	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 59.254	\$ 80.808
Títulos e valores mobiliários		
Para negociação	352.663	400.220
Mantidos até o vencimento	46.551	93.743
Disponíveis para venda	30.442	20.189
Investimentos		
Empréstimos concedidos	992.900	838.992
Menos provisão para perdas	(44.966)	(56.536)
	947.934	782.456
Participações societárias (US\$ 16.583 e US\$ 19.865 ao valor justo, respectivamente)	27.449	34.946
Total dos investimentos	975.383	817.402
Contas a receber e outros ativos	18.571	14.226
Total do ativo	\$ 1.482.864	\$ 1.426.588
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 43.966	\$ 16.530
Juros e taxas de compromisso a pagar	2.648	2.889
Captações de curto prazo	140.823	108.217
Captações e dívidas de longo prazo (US\$ 50.114 e US\$ 49.894 ao valor justo, respectivamente)	517.681	525.901
Total do passivo	705.118	653.537
Capital social		
Autorizado:		
70.590 ações e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas:		
70.480 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)	704.800	705.900
Menos subscrições a integralizar	(20.471)	(42.529)
	684.329	663.371
Lucros acumulados	132.044	121.739
Outros prejuízos abrangentes acumulados	(38.627)	(12.059)
Total do patrimônio líquido	777.746	773.051
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.482.864	\$ 1.426.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2011	2010
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros, comissões e taxas	\$ 43.935	\$ 44.210
Outras receitas	545	599
	44.480	44.809
Participações societárias		
Ganhos na venda	1.435	2.118
Dividendos e distribuições	633	155
Variações no valor contábil	(2.703)	(346)
Outras receitas	1.252	—
	617	1.927
Títulos e valores mobiliários	6.080	9.259
Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas	4.350	4.295
Total das receitas	55.527	60.290
Despesas com captações e dívidas de longo prazo (descontadas as variações no valor justo dos respectivos instrumentos financeiros)	13.982	18.964
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	41.545	41.326
CRÉDITO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS	(4.643)	(959)
PERDAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS COM REDUÇÃO NÃO TEMPORÁRIA AO VALOR RECUPERÁVEL	2.363	677
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	32.909	28.548
Perdas/(Ganhos) em operações cambiais, líquido	161	(5)
Outras despesas	20	143
Total das despesas operacionais	33.090	28.686
Resultado antes das atividades de assistência técnica	10.735	12.922
Atividades de assistência técnica	430	475
RESULTADO	\$ 10.305	\$ 12.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2011	2010
RESULTADO	\$ 10.305	\$ 12.447
OUTRAS PERDAS ABRANGENTES		
Perdas atuariais líquidas	(28.873)	(4.828)
Amortização de:		
Obrigações de transição	174	174
Custos de serviços anteriores	1.878	1.904
	(26.821)	(2.750)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	253	(195)
RESULTADO ABRANGENTE	\$ (16.263)	\$ 9.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<i>Em milhares de US\$</i>	Lucros acumulados	Outras perdas abrangentes acumuladas	Capital*	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 109.292	\$ (9.114)	\$ 658.701	\$ 758.879
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010				
Resultado	12.447	—	—	12.447
Outras perdas abrangentes	—	(2.945)	—	(2.945)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	4.670	4.670
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 121.739	\$ (12.059)	\$ 663.371	\$ 773.051
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011				
Resultado	10.305	—	—	10.305
Outras perdas abrangentes	—	(26.568)	—	(26.568)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	20.958	20.958
Em 31 de dezembro de 2011	\$ 132.044	\$ (38.627)	\$ 684.329	\$ 777.746

* Deduzidas as subscrições a integralizar.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (411.674)	\$ (308.886)
Desembolsos relativos a participações societárias	(445)	(5.999)
Amortizações de empréstimos	239.347	321.035
Venda de participações societárias	2.769	4.313
Vencimentos de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	47.000	32.684
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	(30.000)	—
Vendas	20.000	6.240
Despesas de capital	(1.949)	(531)
Produto da venda de ativos recuperados	2.861	6.144
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de investimento	\$ (132.091)	\$ 55.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(Pagamentos)/Saques de captações, líquido	(28.936)	94.892
Produto da emissão/(amortização) de notas e títulos	68.248	(118.005)
Subscrições de capital	20.958	4.670
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de financiamento	\$ 60.270	\$ (18.443)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	10.305	12.447
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado em atividades operacionais:		
Ganhos realizados na venda de participações societárias	(1.435)	(1.324)
Variação no valor contábil de participações societárias	2.703	(448)
Recuperação de participações societárias	(58)	—
Variação em contas a receber e outros ativos	(1.041)	7.526
Provisão para perdas com empréstimos	(4.643)	(959)
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários	(2.623)	(2.292)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	2.782	(1.194)
Variação nos ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	(2.405)	(2.301)
Ganhos não realizados com derivativos não especulativos	(339)	(683)
Variação no valor de captações ao valor justo	710	2.094
Outros, líquido	(1.893)	1.799
	(8.242)	2.218
Títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(1.355.282)	(1.503.328)
Vendas, vencimentos e pagamentos	1.403.480	1.433.905
	48.198	(69.423)
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades operacionais	\$ 50.261	\$ (54.758)
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	6	(3)
Redução em disponibilidades, líquido	(21.554)	(18.204)
Disponibilidades em 1 de janeiro	80.808	99.012
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 59.254	\$ 80.808
Informações complementares:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 13.208	\$ 17.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Objetivo

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, participações em empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros e ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, com as atividades operacionais restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que também inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (U.S. GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (Financial Accounting Standards Board) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês: Accounting Standards Codification).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, USD ou US\$), que constitui a moeda funcional da Corporação.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. A administração utilizou, em grau considerável, seu próprio critério de decisão ao definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos concedidos e garantias, o valor justo dos empréstimos concedidos e dos investimentos em participações societárias, das captações e dos derivativos, bem como ao definir o custo dos benefícios periódicos líquidos dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação. A Corporação pode deter disponibilidades acima dos limites segurados pela FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation).

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteiras, a Corporação investe em títulos de governos e entidades públicas, depósitos a prazo, *commercial paper* e instrumentos bancários, de acordo com suas próprias políticas quanto a prazo e risco de crédito. Os títulos de governos e de entidades públicas incluem títulos de dívida, notas, letras e outras obrigações de renda fixa, com elevada classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou por outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição e contabilizados na data da negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” é declarada pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

como “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como “Mantidos até o vencimento” são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como “Disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em “Outros resultados abrangentes acumulados”. Os juros e dividendos sobre os títulos e valores mobiliários, a amortização de ágio e o acréscimo de descontos são incluídos em “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como “Mantidos até o vencimento” e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado. Tais títulos e valores mobiliários são objeto de exame quanto à existência de deterioração não temporária no encerramento do exercício.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias, que incluem investimentos diretos e investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo *limited partnerships* (LPs), são inicialmente contabilizadas ao valor de custo, que geralmente representa o valor justo do pagamento feito. São reconhecidos pelo custo, com a devida redução ao valor recuperável de ativos, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem exercer influência significativa. O reconhecimento pelo valor justo é aplicado a investimentos de participação societária em LPs onde a participação da Corporação não seja considerada de pouca monta.

Os valores contábeis dos empréstimos e das participações societárias são examinados periodicamente e, se necessário, ajustados para eventual redução ao valor recuperável dos ativos. A Corporação considera que um empréstimo exige tal redução quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não seja possível receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Para definir se um empréstimo exige redução ao valor recuperável, os dados e acontecimentos relativos ao mutuário e ao seu respectivo cenário econômico e político que são levados em consideração incluem, entre outros fatores, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo mutuário, a posição que ele ocupa entre os concorrentes no mercado, os riscos associados à garantia real, a disponibilidade e a capacidade do patrocinador para dar apoio ao investimento, os riscos da equipe responsável pela condução do procedimento, além dos conflitos geopolíticos e das crises macroeconômicas. Os investimentos em participações societárias são examinados para apurar a eventual necessidade de redução ao valor recuperável, com base nas informações financeiras mais recentes e em outros documentos disponíveis. Essas análises são subjetivas e baseadas em dados financeiros pertinentes, entre outros fatores. Também são levadas em consideração as tendências do setor de atividade de cada emissor, o histórico de desempenho das sociedades e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido, e o valor resultante passa a ser a nova base de custo do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram reversões de valor quando a participação societária é vendida.

Provisão para perdas com empréstimos — A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos concedidos, que aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados na rubrica de lucro líquido. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, levando também em conta a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A provisão para perdas com empréstimos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas (empréstimos com redução ao valor recuperável com uma provisão específica) e também as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis (provisão geral). A definição das provisões para perdas identificadas como prováveis representa a decisão mais criteriosa possível pela administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, inclusive, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa contratual vigente para o empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado observáveis. Dado o objetivo da Corporação e a natureza dos empréstimos, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares. A provisão para perdas com empréstimos atribuída ao restante da carteira de empréstimos concedidos é definida por uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em várias análises. Cada empréstimo é classificado em função de seus riscos, e são derivadas as estimativas de perdas para cada classificação de crédito. Essas classificações baseiam-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive risco-país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de co-obrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras se pautarem por princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos. As estimativas de perdas são derivadas das informações específicas sobre o setor e dos dados históricos da Corporação. Durante os períodos aqui refletidos, não houve alteração nas políticas contábeis da Corporação nem nas metodologias utilizadas para avaliar sua provisão para perdas com empréstimos.

Em determinadas divulgações relativas ao total da provisão para empréstimos, a Corporação considera o total de sua carteira de empréstimos como sendo um segmento de carteira. Um segmento de carteira corresponde ao nível onde é criado e documentado o método de estimativa da reserva para perdas com empréstimos.

Ocorre a baixa dos empréstimos concedidos quando a Corporação esgota todos os recursos possíveis para recuperação, com a conseqüente redução na provisão para perdas com empréstimos. Essas reduções na provisão são parcialmente compensadas pelas recuperações associadas a empréstimos baixados anteriormente.

Reconhecimento de receitas originárias de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões, exceto comissões de abertura de empréstimos, são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida, sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente é recebido.

As comissões de abertura de empréstimos e os custos diretos incrementais referentes à originação dos empréstimos concedidos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo, porque as comissões de abertura servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação do empréstimo. As eventuais diferenças a maior ou a menor entre as taxas de originação de empréstimo não restituíveis e os custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e as participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando realizados. No caso das LPs contabilizadas pelo valor justo, os dividendos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

são levados em consideração ao se avaliar o respectivo valor patrimonial líquido, e registrados como variações no valor contábil das participações societárias.

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de riscos compartilhados, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país membro que visem a aprimorar sua situação de crédito e viabilizar uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia e vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos na garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (*stand-ready*) de honrar o compromisso; e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A obrigação contínua (*stand-ready*) de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, a menos que um passivo contingente já exista ou seja previsto no curto prazo, sendo contabilizada pelo valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em “Outras obrigações”. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em “Outros ativos” no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou da liberação da garantia.

Atividades de gestão de riscos: Derivativos não especulativos — A Corporação realiza operações com determinados derivativos para gestão de riscos financeiros. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar os juros desejados, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo de derivativos relativos a captações são informadas em “Despesas com captações e dívidas de longo prazo”.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Ativo fixo — A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando os valores aproximados da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos em “Perdas/ (Ganhos) em operações cambiais, líquido”.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A Codificação exige que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e sobre a mensuração de valor justo, quer esses valores sejam ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A Codificação define “valor justo” como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma operação regular entre participantes do mercado, na data de mensuração.

A Corporação utiliza vários métodos de avaliação para definir o valor justo, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. A Codificação estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado suportam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Corporação tenha acesso. Os reajustes de avaliação e os descontos por blocos não são aplicados aos instrumentos do Nível 1. Como as avaliações são baseadas em preços cotados, disponíveis de forma pronta e regular no mercado ativo, a avaliação desses produtos não acarreta nenhum grau significativo de decisão pontual.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários que são negociados de forma ativa e alguns outros títulos soberanos.

- **Nível 2** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados não ativos ou em mercados para os quais todos os dados significativos sejam direta ou indiretamente observáveis.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, contratos de derivativos, determinados empréstimos estruturados e financiamentos concedidos a empresas.

- **Nível 3** — Avaliações baseadas em dados não observáveis e relevantes para a mensuração geral de valor justo.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos a empresas e investimentos em participações societárias (*private equity*).

Como não seria viável estimar o valor justo de muitos de seus empréstimos concedidos a empresas, a Corporação fornece, de acordo com a Codificação, outras informações relativas à estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos.

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como por exemplo o tipo do produto ou outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um grau maior de decisão pontual. Dessa forma, é maior o grau de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração de valor justo podem ser classificados em diferentes níveis de hierarquia do valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração de valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja significativo para a mensuração integral de valor justo.

O cálculo do valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, as curvas de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

FASB ASC 820-10, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (*credit default swaps*) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: Para mensurar o valor justo de empréstimos concedidos a determinadas instituições financeiras nos termos de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais os dados informativos em geral disponíveis são tanto observáveis como não observáveis, a metodologia empregada pela Corporação requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimativa do valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre os empréstimos concedidos contabilizados pelo valor justo.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LPs contabilizadas pelo valor justo.

Contratos de derivativos: Os contratos de derivativos incluem contratos de swap e de opções relacionados a taxas de juros. O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. Os modelos de formação de preços utilizados não acarretam nenhum nível significativo de subjetividade, pois os métodos empregados não exigem decisão pontual relevante, já que os dados são observados a partir de mercados com cotações ativas, como é o caso dos contratos de opções e de swap de taxas de juros em geral. Todos os derivativos avaliados pela Corporação com modelos de formação de preços estão incluídos nessa categoria e são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo. O valor justo estimado para os derivativos é apresentado na nota explicativa nº 9.

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. A nota explicativa nº 9 informa o valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, conforme alterado, são totalmente isentos de tributos e de tarifas alfandegárias.

Novas exigências para divulgações financeiras e contábeis — Em dezembro de 2011, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis (ASU) 2011-12, *Resultado abrangente: Diferimento da data efetiva das alterações na apresentação das reclassificações dos itens fora de Outros Resultados Abrangentes Acumulados da ASU 2011-05*. Essa Atualização vigora para exercícios anuais com início após 15 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2012 para a Corporação) e para os exercícios intermediários e anuais seguintes. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em dezembro de 2011, o FASB emitiu a ASU 2011-11, *Balanço patrimonial: Divulgações relativas à compensação de ativos e passivos*. Essa Atualização exige que as entidades divulguem os dados brutos e líquidos sobre instrumentos e operações com possibilidade de compensação no balanço patrimonial e sujeitos a um acordo similar a um esquema geral de compensação de créditos. Estão incluídos nesse âmbito os derivativos, os contratos de compra e venda com compromisso de recompra, os contratos de compra e venda com compromisso de revenda e os sistemas de empréstimos ativos e passivos de títulos e valores mobiliários. Essa Atualização vigora para exercícios anuais com início a partir, inclusive, de 1º de janeiro de 2013 (31 de dezembro de 2013 para a Corporação) e para os exercícios intermediários (com início em 31 de março de 2013 para a Corporação) incluídos em tais exercícios anuais. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em junho de 2011, o FASB emitiu a ASU 2011-05, *Apresentação do Resultado Abrangente*. Essa Atualização elimina a opção de os componentes de “Outros resultados abrangentes” serem apresentados como parte da demonstração das mutações no patrimônio líquido. Essa Atualização também modifica a forma como as entidades devem apresentar o resultado abrangente em suas demonstrações financeiras ao exigir: (1) uma mesma demonstração contínua do resultado abrangente; ou então (2) duas demonstrações separadas mas consecutivas do resultado e do resultado abrangente, respectivamente. Essa Atualização não altera as rubricas que precisam ser informadas em “Outros resultados abrangentes” nem exige divulgações adicionais, devendo vigorar para os exercícios anuais encerrados após 15 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2012 para a Corporação). Sendo permitida a adoção antecipada, a Corporação adotou essa Atualização com vigência em 1º de janeiro de 2011. A Corporação apresenta atualmente duas demonstrações consolidadas separadas mas consecutivas do resultado e do resultado abrangente, respectivamente.

Em maio de 2011, o FASB emitiu a ASU 2011-04, *Mensurações ao valor justo*, referente ao Tópico 820. As alterações dessa Atualização têm como objetivo criar exigências comuns para mensuração e divulgação de valor justo, tanto de acordo com as PCGA dos Estados Unidos (GAAP) como de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As alterações primordiais dessa Atualização são: (1) esclarecimento da aplicação das exigências existentes para mensuração ao valor justo e respectiva divulgação; e (2) alteração em um determinado princípio ou em determinada exigência para a mensuração ao valor justo ou divulgação de informações sobre mensurações ao valor justo, de forma a aprimorar a possibilidade de respectivo entendimento. A adoção antecipada é permitida para a Corporação, mas somente para os exercícios intermediários com início após 15 de dezembro de 2011 (31 de março de 2012 para a Corporação). Não é previsto nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em abril de 2011, o FASB emitiu a ASU 2011-02, *Definição pelo credor se uma reestruturação constitui uma reestruturação de dívida problemática*, referente a alterações no Tópico 310 — Contas a receber. As alterações nesse Tópico ampliam as diretrizes de avaliação, para definir se uma reestruturação constitui uma reestruturação de dívida problemática. Para que a reestruturação possa ser classificada como reestruturação de dívida problemática, o credor precisa concluir que existe uma concessão e, também, que o devedor passa por dificuldades financeiras. As alterações nessa Atualização vigoram para exercícios anuais encerrados a partir, inclusive, de 15 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

de 2012 (31 de dezembro de 2012 para a Corporação), inclusive para exercícios intermediários incluídos em tais exercícios anuais. A adoção antecipada é permitida, com possibilidade de aplicação retroativa a reestruturações ocorridas a partir, inclusive, do início do exercício de adoção. A Corporação adotou essa Atualização com vigência inicial em 1º de janeiro de 2011. Essa atualização não teve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação, e a divulgação exigida consta na nota explicativa nº 4.

Em julho de 2010, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis ASU 2010-20, *Divulgações sobre a qualidade de crédito de recebíveis de financiamento e a provisão para devedores duvidosos*, relacionada ao Tópico 310 — Contas a receber. Essa Atualização exige a divulgação adicional de dados quantitativos e qualitativos, para que os usuários das demonstrações financeiras possam entender o risco de crédito inerente à carteira de recebíveis de financiamento do credor, a forma como esse risco é analisado e avaliado para definir a provisão para devedores duvidosos, bem como as alterações na provisão para devedores duvidosos e respectivas causas de alteração. A Atualização ASU 2010-20 entrou em vigor para exercícios anuais encerrados a partir, inclusive, de 15 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2011 para a Corporação). Essa Atualização não teve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação, e a divulgação exigida consta na nota explicativa nº 4.

Em junho de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 810-10-15-13, antes SFAS 167, *Alterações na interpretação do FASB nº 46(R)*. O objetivo do FASB com a emissão desse Tópico foi aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras por empresas com diferentes níveis de participação em diferentes entidades. O FASB empreendeu esse projeto para: (1) tratar dos efeitos sobre determinadas disposições do FASB ASC 810-10-05, antes Interpretação FASB nº 46 (revisada em dezembro de 2003), *Consolidação de entidades com participações variáveis*, como resultado da eliminação do conceito restritivo de sociedade de propósito específico no FASB ASC 860-40-15-1, antes Pronunciamento nº 166 do FASB, *Contabilização de transferências de ativos financeiros*; e (2) tratar de dúvidas intrínsecas sobre a aplicação de determinadas disposições-chave do FASB ASC 810-10-05, inclusive onde a contabilização e as divulgações nem sempre oferecem informações úteis e em tempo oportuno sobre o envolvimento de uma empresa em entidades com participações variáveis. Em fevereiro de 2010, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis 2010-10, *Alterações para determinados fundos de investimento* (ASU 2010-10), que basicamente diferiu a data de vigência inicial do pronunciamento SFAS 167 para empresas detentoras de investimentos em entidades que sejam sociedades de investimento (conforme definição de tal termo no Tópico 946 da Codificação, *Serviços financeiros — Sociedades de investimento*). Assim sendo, a Corporação diferiu a adoção do pronunciamento SFAS 167 com respeito à avaliação de seus investimentos em fundos de participação societária de tipo LP. Não é previsto nenhum impacto relevante desse Tópico sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em acréscimo, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o FASB emitiu ou aprovou atualizações de normas contábeis. A Corporação examinou as novas diretrizes e as incorporou, conforme apropriado, sem nenhum impacto relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

3. Investimento em títulos e valores mobiliários

Composição da receita líquida de investimentos em títulos e valores mobiliários, conforme a fonte:

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas de juros	\$ 3.457	\$ 6.967
Ganhos líquidos realizados	2.891	1.966
Varição líquida em (perdas)/ganhos não realizados	(268)	326
	\$ 6.080	\$ 9.259

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Títulos privados	\$ 301.712	\$ 400.219
Fundos de investimento	35.951	1
Depósitos a prazo	15.000	—
	\$ 352.663	\$ 400.220

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Títulos privados	\$ 30.442	\$ 20.189
	\$ 30.442	\$ 20.189

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o custo amortizado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda totalizou US\$ 30.000 e US\$ 20.000, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Corporação não registrou perdas não realizadas na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Essa carteira inclui dois títulos com vencimento em até vinte e quatro meses.

Custo amortizado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Títulos privados	\$ 46.551	\$ 46.767
Obrigações de governos e de agências públicas	—	46.976
	\$ 46.551	\$ 93.743

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de títulos privados da Corporação incluiu um título no valor de US\$ 40.551 e US\$ 40.767, respectivamente, correspondente a um ativo de desenvolvimento com características similares a outros títulos e valores mobiliários de investimento mantidos até o vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Valor justo dos títulos e valores mobiliários de investimentos mantidos até o vencimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2011		
	Custo amortizado	Ganhos não realizados	Valor justo
Títulos privados	\$ 46.551	\$ 1.629	\$ 48.180
	\$ 46.551	\$ 1.629	\$ 48.180

Cronograma de vencimentos dos títulos e valores mobiliários de investimento mantidos até o vencimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Inferior a doze meses	\$ 6.000	\$ 46.976
Entre doze e vinte e quatro meses	—	6.000
Acima de vinte e quatro meses	40.551	40.767
	\$ 46.551	\$ 93.743

Em 31 de dezembro de 2011, a administração apurou que os investimentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento não apresentavam perdas não realizadas (US\$ 905 em perdas não realizadas em 31 de dezembro de 2010).

4. Empréstimos concedidos e participações societárias

A Corporação monitora suas carteiras em aberto de empréstimos e de participações societárias no tocante à concentração geográfica dos riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2011, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram: Brasil, Peru e Chile (Peru, Brasil e Chile em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2011, as participações societárias e os empréstimos em aberto em divisas totalizavam US\$ 84.943 (US\$ 74.486 em 31 de dezembro de 2010). Uma das maiores exposições da Corporação é denominada "Regional" e consiste basicamente em investimentos via empréstimos cujas operações abrangem vários países.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira em aberto, por país e por setor:

Em milhares de US\$	31 de dezembro					
	2011			2010		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Brasil	\$ 168.776	\$ —	\$ 168.776	\$ 125.906	\$ —	\$ 125.906
Peru	123.568	—	123.568	127.757	—	127.757
Chile	115.002	2.581	117.583	109.792	1.814	111.606
Colômbia	109.144	767	109.911	31.350	691	32.041
Argentina	73.254	404	73.658	67.907	981	68.888
México	65.324	4.116	69.440	53.958	10.594	64.552
Panamá	58.759	4.000	62.759	53.333	4.000	57.333
Costa Rica	52.479	—	52.479	43.694	—	43.694
Regional	34.960	15.581	50.541	38.471	16.726	55.197
Equador	43.562	—	43.562	45.538	—	45.538
Paraguai	29.333	—	29.333	21.362	—	21.362
El Salvador	27.689	—	27.689	23.614	—	23.614
Nicarágua	22.627	—	22.627	16.566	—	16.566
Guatemala	16.025	—	16.025	18.316	—	18.316
Estado Plurinacional da Bolívia	12.553	—	12.553	14.059	—	14.059
Jamaica	12.084	—	12.084	10.611	—	10.611
Haiti	9.510	—	9.510	9.531	—	9.531
Belize	6.000	—	6.000	6.000	—	6.000
Uruguai	5.104	—	5.104	7.323	—	7.323
República Dominicana	4.500	—	4.500	7.979	—	7.979
Suriname	1.647	—	1.647	2.409	—	2.409
Guiana	1.000	—	1.000	1.400	140	1.540
Honduras	—	—	—	2.116	—	2.116
	\$ 992.900	\$ 27.449	\$ 1.020.349	\$ 838.992	\$ 34.946	\$ 873.938
Serviços financeiros	\$ 698.018	\$ 8.850	\$ 706.868	\$ 544.417	\$ 9.638	\$ 554.055
Serviços públicos e infraestrutura	73.413	—	73.413	51.381	—	51.381
Agricultura e agronegócios	66.629	—	66.629	79.682	—	79.682
Manufatura em geral	25.114	—	25.114	34.074	—	34.074
Fundos de investimento	1.158	18.599	19.757	—	25.308	25.308
Alimentos, engarrafamento e bebidas	18.753	—	18.753	20.526	—	20.526
Pecuária e avicultura	15.940	—	15.940	14.785	—	14.785
Aquicultura e pesca	14.229	—	14.229	16.289	—	16.289
Produtos químicos e plásticos	13.736	—	13.736	16.865	—	16.865
Petróleo e mineração	12.397	—	12.397	17.310	—	17.310
Madeira, papel e celulose	11.614	—	11.614	8.142	—	8.142
Transportes e armazenamento	8.435	—	8.435	7.799	—	7.799
Educação	6.880	—	6.880	7.041	—	7.041
Tecnologia, comunicações e nova economia	6.000	—	6.000	379	—	379
Turismo e hotelaria	2.081	—	2.081	1.795	—	1.795
Têxteis, confecções e couro	315	—	315	5.743	—	5.743
Serviços não financeiros	59	—	59	107	—	107
Saúde	4	—	4	11	—	11
Diversos	18.125	—	18.125	12.646	—	12.646
	\$ 992.900	\$ 27.449	\$ 1.020.349	\$ 838.992	\$ 34.946	\$ 873.938

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2011:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2011		
	Instituições financeiras	Títulos privados	Total
Empréstimos	\$ 698.019	\$ 294.881	\$ 992.900
Participações societárias	27.449	—	27.449
Títulos e valores mobiliários emitidos por residentes nos países membros regionais em desenvolvimento	40.551	—	40.551
Garantias	—	5.617	5.617
Exposição a ativos de desenvolvimento	\$ 766.019	\$ 300.498	\$ 1.066.517

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2010:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2010		
	Instituições financeiras	Títulos privados	Total
Empréstimos	\$ 544.418	\$ 294.574	\$ 838.992
Participações societárias	34.946	—	34.946
Títulos e valores mobiliários emitidos por residentes nos países membros regionais em desenvolvimento	40.767	—	40.767
Garantias	—	5.701	5.701
Exposição a ativos de desenvolvimento	\$ 620.131	\$ 300.275	\$ 920.406

Resumo dos investimentos via empréstimos e participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Empréstimos	\$ 83.701	\$ 131.748
Participações societárias	11.663	12.183
	\$ 95.364	\$ 143.931

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. A carteira de empréstimos com taxas fixas de juros totalizou US\$ 317.817 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 319.113 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Análise cronológica, com base nas disposições contratuais, dos empréstimos da Corporação contabilizados ao custo amortizado, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2011:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2011					
	Vencidos há 1-90 dias	Vencidos há + de 90 dias com apropriação de receitas	Vencidos há + de 90 dias sem apropriação de receitas	Total de créditos inadimplidos	Empréstimos correntes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 9.057	\$ 9.057	\$ 688.962	\$ 698.019
Empresas	—	6.000	836	6.836	288.045	294.881
Total de créditos inadimplidos	\$ —	\$ 6.000	\$ 9.893	\$ 15.893	\$ 977.007	\$ 992.900
Como % da carteira de empréstimos	0,00%	0,60%	1,00%	1,60%	98,40%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	44.966					
Cobertura				282,93%		4,53%

Análise cronológica, com base nas disposições contratuais, dos empréstimos da Corporação contabilizados ao custo amortizado, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2010:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2010					
	Vencidos há 1-90 dias	Vencidos há + de 90 dias com apropriação de receitas	Vencidos há + de 90 dias sem apropriação de receitas	Total de créditos inadimplidos	Empréstimos correntes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ 16.539	\$ —	\$ 2.259	\$ 18.798	\$ 525.620	\$ 544.418
Empresas	379	—	6.298	6.677	287.897	294.574
Total de créditos inadimplidos	\$ 16.918	\$ —	\$ 8.557	\$ 25.475	\$ 813.517	\$ 838.992
Como % da carteira de empréstimos	2,02%	0,00%	1,02%	3,04%	96,96%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	56.536					
Cobertura				221,93%		6,74%

Os empréstimos para os quais a apropriação de receitas de juros foi interrompida totalizaram US\$ 22.155 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 37.218 em 31 de dezembro de 2010). Os juros recebidos sobre empréstimos sem apropriação de receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizaram US\$ 611 (US\$ 391 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010). As receitas financeiras relativas a empréstimos sem apropriação de receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizaram US\$ 242 (US\$ 296 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo do investimento refletido em empréstimos com apropriação de receitas interrompida, contabilizados ao custo amortizado, conforme o tipo de investimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro	
	2011	2010
Instituições financeiras	\$ 11.288	\$ 21.189
Empresas	10.867	16.029
Total de empréstimos sem apropriação de receitas	\$ 22.155	\$ 37.218
Carteira de empréstimos	\$ 992.900	\$ 838.992
Carteira de empréstimos/sem apropriação de receitas	2,23%	4,44%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 44.966	\$ 56.536
Cobertura da não apropriação de receitas	202,96%	151,91%

Resumo do cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro			
	2011		2010	
	Principal em aberto	Rendimento médio	Principal em aberto	Rendimento médio
Até um ano	\$ 282.152	4,73%	\$ 238.943	6,20%
De um a cinco anos	666.222	4,25%	566.056	6,44%
Mais de cinco e até onze anos	44.526	5,73%	33.993	7,63%
	\$ 992.900		\$ 838.992	

Os empréstimos da Corporação com redução ao valor recuperável totalizaram US\$ 9.893 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 35.097 em 31 de dezembro de 2010). A média dos empréstimos com redução ao valor recuperável durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de US\$ 17.933 (US\$ 30.507 em 31 de dezembro de 2010). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foi de US\$ 5.550 e US\$ 12.831, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração definiu que inexistia comprovação de reestruturação de dívida problemática na carteira de empréstimos (nenhuma em 31 de dezembro de 2010).

As perdas da Corporação com redução não temporária ao valor recuperável de suas participações societárias em 31 de dezembro de 2011 foram de US\$ 2.363 (US\$ 677 em 31 de dezembro de 2010).

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos, por tipo de investimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	2011			2010		
	Instituições financeiras	Empresas	Total	Instituições financeiras	Empresas	Total
Saldo em 1º de janeiro	\$ 26.595	\$ 29.941	\$ 56.536	\$ 27.594	\$ 38.883	\$ 66.477
Baixa contábil de investimentos, líquida	(2.309)	(7.421)	(9.730)	(1.921)	(13.205)	(15.126)
Recuperações	768	2.035	2.803	3.131	3.013	6.144
(Crédito)/Provisão para perdas	(2.752)	(1.891)	(4.643)	(2.209)	1.250	(959)
Saldo em 31 de dezembro	\$ 22.302	\$ 22.664	\$ 44.966	\$ 26.595	\$ 29.941	\$ 56.536

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A Corporação utiliza um sistema de classificação dos empréstimos conforme o risco e a qualidade de crédito. Cada empréstimo é classificado como A, B, sofrível, duvidoso ou perda. A descrição de cada categoria (indicador de qualidade de crédito) é a seguinte:

Indicador	Descrição
A	Esta categoria inclui as sociedades consideradas capazes de cumprir suas obrigações, cuja posição financeira não esteja afetada por variáveis internas e/ou externas que pudessem colocar em risco tal capacidade. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "A" varia de 0,40% a 6,80%, dependendo dos resultados obtidos em um exame específico de suas respectivas variáveis de risco.
B	A sociedade é considerada capaz de cumprir suas obrigações, mas enfrenta problemas internos e/ou externos que, se persistentes, poderiam colocar em risco tal capacidade. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "B" é de 10,80%.
Sufrível (abaixo do padrão)	As condições atuais de posição financeira e de capacidade de pagamentos da sociedade são insuficientes para que ela possa cumprir suas obrigações. A geração de fluxo de caixa da sociedade mostra sinais persistentes de deterioração. Se não for impedida a continuação das deficiências persistentes e claras que a sociedade demonstra, isso poderá acarretar a incapacidade de quitação integral das obrigações perante a CII. A sociedade está inadimplente ou mostra um risco crescente de inadimplemento, caso as deficiências não sejam corrigidas. São necessárias mudanças significativas na estrutura financeira ou operacional para que a boa classificação de crédito da sociedade seja recuperada. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "sofrível (abaixo do padrão)" é de 22,40%.
Duvidoso	Esta categoria inclui as sociedades incapazes de pagar até mesmo o serviço de suas dívidas, com a cobrança considerada improvável, seja por pagamentos baseados no desempenho financeiro da sociedade, seja por pagamentos feitos por patrocinadores ou por execução da garantia real. A solvência da sociedade está prejudicada, com probabilidade crescente de perda. Uma reestruturação de grandes proporções é exigida para o investimento e/ou a operação, com várias ações específicas a serem empreendidas (liquidação, recapitalização, etc.) Para projetos classificados como "duvidosos", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o pronunciamento SFAS 114, <i>Contabilização do ajuste a valor recuperável de empréstimo pelos credores</i> , para definir a provisão necessária.
Perda	O empréstimo da CII é considerado total ou parcialmente incobrável. Existe a probabilidade de que o projeto esteja insolvente ou tenha encerrado suas operações. O produto da execução da garantia real ou da cobrança dos garantes será insuficiente para recuperação integral do investimento feito pela CII. Para projetos classificados como "perda", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o pronunciamento SFAS 114, para definir a provisão necessária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo dos empréstimos da Corporação contabilizados ao custo amortizado conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento em 31 de dezembro de 2011:

Categoria	31 de dezembro de 2011		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
A	\$ 657.971	\$ 234.024	\$ 891.995
B	28.871	38.531	67.402
Sofrível (abaixo do padrão)	2.118	21.492	23.610
Duvidoso	9.058	3	9.061
Perda	—	832	832
Total	\$ 698.018	\$ 294.882	\$ 992.900

Resumo dos empréstimos da Corporação contabilizados ao custo amortizado conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento em 31 de dezembro de 2010:

Categoria	31 de dezembro de 2010		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
A	\$ 484.786	\$ 215.973	\$ 700.759
B	28.095	47.948	76.043
Sofrível (abaixo do padrão)	12.469	14.625	27.094
Duvidoso	16.808	9.902	26.710
Perda	2.259	6.127	8.386
Total	\$ 544.417	\$ 294.575	\$ 838.992

5. Contas a receber e outros ativos

Resumo de contas a receber e outros ativos:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2011	2010
Outros ativos circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 8.792	\$ 7.980
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	827	1.687
Outros valores circulantes a receber	5.319	1.984
	14.938	11.651
Outros ativos não circulantes:		
PBPA, ativo líquido	—	490
Outros ativos não circulantes	3.633	2.085
	3.633	2.575
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 18.571	\$ 14.226

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo líquido do PBPA reflete a situação de superávit do Plano. Vide nota explicativa nº 16.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

6. Contas a pagar e outras obrigações

Resumo das contas a pagar e outras obrigações:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2011	2010
Passivo líquido do Plano de Pensões	\$ 23.613	\$ 6.529
Passivo líquido do PBPA	6.841	—
Benefícios a funcionários, a pagar	4.308	3.683
Receitas diferidas	3.647	2.787
Contas a pagar a outras entidades do Grupo do BID	2.407	1.053
Contas a pagar e outras obrigações	3.150	2.478
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 43.966	\$ 16.530

Em 31 de dezembro de 2011, o passivo líquido do Plano de Pensões e do PBPA reflete a situação de déficit dos planos. Em 31 de dezembro de 2010, o passivo líquido do Plano de Pensões reflete a situação de déficit do Plano. Vide nota explicativa nº 16.

7. Captações e dívidas de longo prazo

Captações e dívidas de longo prazo em aberto, por moeda:

Em milhares de US\$	31 de dezembro			
	2011		2010	
Captações e dívidas (por moeda)	Valor em aberto	Custo médio ponderado	Valor em aberto	Custo médio ponderado
Dólar dos EUA	\$ 550.000	0,99%	\$ 560.000	1,29%
Peso mexicano	57.358	4,87%	7.524	5,88%
Real brasileiro	39.998	10,64%	45.034	10,64%
Nuevo sol peruano	7.297	6,35%	16.434	6,40%
Euro	2.660	2,28%	3.170	1,76%
Peso argentino	1.077	9,15%	2.062	9,15%
	\$ 658.390		\$ 634.224	
Ajustes ao valor justo	114		(106)	
Captações de curto prazo	(140.823)		(108.217)	
Captações de longo prazo	\$ 517.681		\$ 525.901	

Há uma linha de crédito rotativo disponível para a Corporação no BID, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso, e a Corporação tem o direito de utilizar tal linha de crédito até novembro de 2015. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2011 uma linha de crédito *stand-by* de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AA, com direito a utilizá-la até julho de 2013. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 370.089 em 31 de dezembro de 2011.

Os saldos em aberto das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2011 correspondem a linhas de crédito a prazo e crédito rotativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em 13 de maio de 2011, a Corporação também emitiu notas em moeda estrangeira à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) mais 0,05%, no montante de 800 milhões de pesos mexicanos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2014. O produto da emissão destinou-se a financiar reinvestimentos nos mercados locais. Os juros sobre as notas são devidos mensalmente e no vencimento. As notas são negociáveis na Bolsa Mexicana de Valores e representam obrigações quirografárias da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive direitos de outros credores gerais. Os títulos não são resgatáveis antes do vencimento.

Cronograma de vencimentos das captações em aberto:

<i>Em milhares de US\$</i>	2012	2013	2014	2015	Até 2025
Captações	\$ 140.823	\$ 23.274	\$ 117.634	\$ 130.114	\$ 246.659
	\$ 140.823	\$ 23.274	\$ 117.634	\$ 130.114	\$ 246.659

8. Capital social

O capital social autorizado da Corporação aumentou para US\$ 705,9 milhões, mediante resoluções de aumento de capital de US\$ 500 milhões e de US\$ 2,2 milhões aprovadas em 1999 e em 2008, respectivamente. Com essas duas resoluções, foi alocado um total de US\$ 502,2 milhões para subscrição pelos países membros durante os prazos de subscrição. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos.

Algumas parcelas de subscrição de capital devidas pelo aumento de capital de US\$ 500 milhões em 1999 não foram pagas conforme o cronograma de vencimento original. A Corporação estabeleceu novos prazos, aprovados por unanimidade pela Assembleia de Governadores em 2008, e continua a atuar com seus países membros a esse respeito. As subscrições com integralização pendente para o aumento de capital de 1999 totalizam US\$ 20,5 milhões. É prevista a integralização de todas as ações conforme os aumentos de capital aprovados.

Nos termos do *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, qualquer membro poderá retirar-se da Corporação mediante notificação por escrito a respeito, entregue na sede principal da Corporação. A retirada será considerada vigente na data indicada na notificação, mas sempre no mínimo seis meses após a data de entrega da notificação à Corporação. Mesmo após sua retirada, o membro continuará responsável por todas as obrigações que tenha para com a Corporação na data de entrega da notificação de retirada.

No caso de saída da Corporação, as condições de encerramento da participação e de reaquisição das ações poderão ser acordadas entre a Corporação e o membro, conforme os termos considerados adequados às circunstâncias. Se nenhum acordo for obtido no prazo de três meses a contar da data em que o membro houver manifestado sua intenção de retirar-se, ou em outro prazo acordado entre ambas as partes, o preço de reaquisição das ações desse membro será igual ao seu valor contábil na data de encerramento da participação, conforme apurado pela Corporação em suas demonstrações financeiras auditadas. O pagamento das ações será efetuado mediante a entrega dos correspondentes certificados de ações, de acordo com as parcelas, as datas e as moedas disponíveis que a Corporação possa definir, levando em conta sua própria posição financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro a seguir mostra o capital subscrito e as subscrições de capital a integralizar pelos membros:

	31 de dezembro		
	Total capital subscrito		Subscrições a integralizar pelos membros
	Ações	Montante	
		<i>Em milhares de US\$</i>	
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ —
Argentina	7.767	77.670	—
Áustria	345	3.450	—
Bahamas	144	1.440	—
Barbados	101	1.010	—
Bélgica	169	1.690	—
Belize	101	1.010	—
Brasil	7.767	77.670	—
Chile	2.003	20.030	—
Colômbia	2.003	20.030	—
Costa Rica	204	2.040	—
Dinamarca	1.071	10.710	—
El Salvador	314	3.140	—
Equador	420	4.200	—
Espanha	2.393	23.930	—
Estado Plurinacional da Bolívia	624	6.240	—
Estados Unidos	17.600	176.000	20.471
Finlândia	393	3.930	—
França	2.162	21.620	—
Guatemala	420	4.200	—
Guiana	120	1.200	—
Haiti	314	3.140	—
Honduras	314	3.140	—
Israel	173	1.730	—
Itália	2.162	21.620	—
Jamaica	420	4.200	—
Japão	2.393	23.930	—
México	5.000	50.000	—
Nicarágua	314	3.140	—
Noruega	393	3.930	—
Países Baixos	1.071	10.710	—
Panamá	314	3.140	—
Paraguai	314	3.140	—
Peru	2.003	20.030	—
Portugal	182	1.820	—
República Bolivariana da Venezuela	4.311	43.110	—
República da Coreia	110	1.100	—
República Dominicana	420	4.200	—
República Popular da China	110	1.100	—
Suécia	393	3.930	—
Suíça	1.071	10.710	—
Suriname	101	1.010	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	—
Uruguai	828	8.280	—
Total 2011	70.480	\$ 704.800	\$ 20.471
Total 2010	70.590	\$ 705.900	\$ 42.529

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

9. Mensurações e variações de valor justo

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base em hierarquia de valor justo que obedece à codificação FASB ASC 820-10-50-2. A nota explicativa nº 2 apresenta as políticas da Corporação sobre essa hierarquia.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2011:

<i>Em milhares de US\$</i>	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 348.126	\$ 348.126	\$ —	\$ —
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	16.583	—	—	16.583
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	34.979	34.979	—	—
Contratos de derivativos	616	—	616	—
PASSIVO				
Captações	(50.114)	—	(50.114)	—

* Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2010:

<i>Em milhares de US\$</i>	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 420.329	\$ 420.329	\$ —	\$ —
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	19.865	—	—	19.865
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	80	80	—	—
Contratos de derivativos	480	—	480	—
PASSIVO				
Captações	(49.894)	—	(49.894)	—

* Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro abaixo apresenta os ganhos e (perdas) com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo conforme opção selecionada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

<i>Em milhares de US\$</i>	Outros ganhos e (perdas)	Despesas de juros sobre captações	Total das variações em valores justos incluídos em lucros do exercício
ATIVO			
Títulos privados e outras dívidas	\$ 1.761	\$ —	\$ 1.761
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	(2.783)	—	(2.783)
Obrigações de governos soberanos, exceto dos Estados Unidos	206	—	206
Contratos de derivativos	423	—	423
PASSIVO			
Captações	(213)	(497)	(710)

* Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro abaixo apresenta os ganhos e (perdas) com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo conforme opção selecionada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

<i>Em milhares de US\$</i>	Outros ganhos e (perdas)	Despesas de juros sobre captações	Total das variações em valores justos incluídos em lucros do exercício
ATIVO			
Títulos privados e outras dívidas	\$ 1.892	\$ —	\$ 1.892
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	(348)	—	(348)
Obrigações de governos soberanos, exceto dos Estados Unidos	205	—	205
Contratos de derivativos	(122)	—	(122)
PASSIVO			
Captações	1.110	(499)	611

* Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Variações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

<i>Em milhares de US\$</i>	Mensurações de valor justo para LPs usando dados não observáveis significativos (Nível 3)
Em 1º de janeiro de 2010	\$ 19.430
Variação no ativo líquido, por perdas líquidas	(348)
Distribuições recebidas	(1.301)
Outros investimentos	2.084
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 19.865
Em 1º de janeiro de 2011	\$ 19.865
Variação no ativo líquido, por perdas líquidas	(2.783)
Distribuições recebidas	(944)
Outros investimentos	445
Em 31 de dezembro de 2011	\$ 16.583

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados ao valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza de liquidez ou curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber — clientes, Contas a receber — outros e Contas a pagar — outros.

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Para divulgação, a Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável à avaliação do valor justo de sua carteira de empréstimos concedidos. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais os juros acumulados, foi de US\$ 470.273 (US\$ 260.039 em 31 de dezembro de 2010), e seu valor justo estimado foi de US\$ 468.579 (US\$ 262.508 em 31 de dezembro de 2010), no caso de empréstimos com apuração viável do valor justo. A administração considerou que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos concedidos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 526.020 (US\$ 581.255 em 31 de dezembro de 2010), com taxas de juros que variam de 0,96% a 12,30% (0,90% a 12,30% em 31 de dezembro de 2010) e vencimentos que variam de menos de um ano a 13 anos (menos de um ano a 13 anos em 31 de dezembro de 2010). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo apresentado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

As captações e dívida de longo prazo da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo, nos termos da opção de valor justo conforme o FASB ASC 825-10-50-25, antigo SFAS 159, *Opção de Valor Justo*. O valor justo das captações e da dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil das captações e dívida de longo prazo, mais os juros acumulados, da Corporação era de aproximadamente US\$ 5.292 acima de seu valor justo (US\$ 5.720 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo menos desvalorização por redução ao valor recuperável foi de US\$ 10.866 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 15.081 em 31 de dezembro de 2010). Para alguns desses investimentos, LPs com valor contábil total de US\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2010), o valor justo estimado foi de US\$ 2.649 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 6.852 em 31 de dezembro de 2010). O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 16.583 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 19.865 em 31 de dezembro de 2010). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, incluído em Variações no valor contábil de investimentos em participações societárias por variação em perdas líquidas não realizadas, com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 2.777 (US\$ 793 em perdas líquidas não realizadas em 31 de dezembro de 2010). O valor justo dos investimentos em LPs foi apurado com base no respectivo valor patrimonial líquido estimado. Para esse tipo de investimento, o valor patrimonial líquido corresponde à melhor estimativa do valor justo. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no valor patrimonial quando se torna aparente uma diferença significativa entre ele e o valor justo.

10. Derivativos

A localização no balanço patrimonial e o valor justo dos derivativos não designados como instrumentos de hedge nos termos da Codificação são:

	31 de dezembro			
	2011		2010	
<i>Em milhares de US\$</i>	Rubrica no balanço	Valor justo	Rubrica no balanço	Valor justo
Contratos de taxas de juros	Outros ativos	\$ 616	Outros ativos	\$ 480

Efeito dos derivativos sobre a demonstração do resultado:

	31 de dezembro			
	2011		2010	
<i>Em milhares de US\$</i>	Rubrica de ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado	Montante de perdas reconhecidas na demonstração do resultado	Rubrica de ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado	Montante de perdas reconhecidas na demonstração do resultado
Contratos de taxas de juros	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (81)	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (306)

Vide nota explicativa nº 2 para informações adicionais sobre o objetivo da Corporação ao selecionar derivativos não designados como instrumentos de hedge, bem como suas estratégias gerais de gestão de riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

11. Garantias

Até 31 de dezembro de 2011, não foi recebido nenhum aviso de descumprimento, desde a constituição das garantias vigentes (nenhum aviso até 31 de dezembro de 2010). Em termos gerais, as garantias aceitas pela Corporação têm vencimentos compatíveis com os vencimentos da carteira de empréstimos. O montante máximo de pagamentos futuros em potencial, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito das garantias se houvesse um descumprimento total das partes garantidas, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, atingiu US\$ 5.617 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 5.701 em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2011, todas as garantias vigentes foram prestadas em outras moedas que não sejam dólares dos Estados Unidos. Não constou provisão para perdas com garantias na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2011 (idem em 31 de dezembro de 2010).

12. Contingências

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, corré ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às atividades de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação.

13. Eventos subsequentes

A Corporação monitora os acontecimentos relevantes ocorridos após a data do balanço patrimonial e antes da emissão das demonstrações financeiras, para apurar os eventuais impactos desses acontecimentos sobre as demonstrações financeiras a serem ainda emitidas. Todos os eventos subsequentes de que a Corporação tem ciência foram avaliados até a data de aprovação pela Assembleia de Governadores, em 19 de março de 2012. A administração definiu que inexistem eventos subsequentes que exijam divulgação segundo o Tópico 855, *Eventos subsequentes*, da Codificação do FASB.

14. Procedimentos relativos à disponibilização de empréstimos

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras com respeito à disponibilização de determinados empréstimos. Esses procedimentos são administrados e monitorados pela Corporação, em lugar e vez dos participantes. A estrutura dos procedimentos obriga os credores participantes a prover recursos para sua respectiva parcela de cada empréstimo, sem direito de regresso contra a Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Corporação realizou chamadas e desembolsou recursos de credores participantes no total de US\$ 547.813 (US\$ 202.601 em 31 de dezembro de 2010). Os recursos compromissados por credores participantes e não desembolsados totalizaram US\$ 544.000 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 123.400 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

15. Operações com partes relacionadas

O BID presta à Corporação alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação e o BID têm um contrato de arrendamento de escritórios a vencer em 2020.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritórios e por determinados serviços de apoio administrativo:

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2011	2010
Espaço de escritório (sede e outros)	\$ 2.395	\$ 1.830
Serviços de apoio	735	694
Outros serviços do BID	150	212
	\$ 3.280	\$ 2.736

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

<i>Em milhares de US\$</i>	2012	2013	2014–2020
Espaço de escritório (sede)	\$ 2.318	\$ 2.387	\$ 15.808
	\$ 2.318	\$ 2.387	\$ 15.808

As contas a pagar ao BID totalizaram US\$ 2.407 em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 1.053 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, a Corporação havia captado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo do BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2011, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010).

16. Planos de Pensões e de Benefícios Pós-Aposentadoria

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Pensões, os benefícios são baseados em anos de serviço e média de remuneração. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes abaixo indicados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715, Remuneração — Benefícios de aposentadoria, da Codificação do FASB.

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

<i>Em milhares de US\$</i>	Plano de Pensões		PBPA	
	2011	2010	2011	2010
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ 61.243	\$ 50.963	\$ 35.740	\$ 30.149
Custo de serviços	2.691	2.062	1.557	1.330
Custo de juros	3.412	3.156	2.105	1.898
Contribuições dos participantes	875	787	—	—
Perda atuarial	14.423	4.804	9.138	2.467
Benefícios pagos	(1.835)	(529)	(671)	(139)
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	25	35
Obrigações em 31 de dezembro	80.809	61.243	47.894	35.740
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	54.714	47.639	36.230	27.883
Retorno real sobre os ativos	1.168	4.812	(293)	3.171
Benefícios pagos	(1.835)	(529)	(671)	(139)
Contribuições dos participantes	875	787	—	—
Contribuições do empregador	2.274	2.005	5.787	5.315
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	57.196	54.714	41.053	36.230
Situação de capitalização				
Situação de (subcapitalização)/capitalização em 31 de dezembro	(23.613)	(6.529)	(6.841)	490
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (23.613)	\$ (6.529)	\$ (6.841)	\$ 490
Montantes reconhecidos como (passivo)/ativo:				
(Passivo)/ativo de benefícios dos planos	(23.613)	(6.529)	(6.841)	490
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (23.613)	\$ (6.529)	\$ (6.841)	\$ 490
Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados:				
Perda atuarial líquida	23.365	6.322	14.218	2.388
Custos de serviços anteriores	35	49	920	2.784
Ativo inicial líquido	—	—	531	705
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 23.400	\$ 6.371	\$ 15.669	\$ 5.877

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 61.902 e de US\$ 47.618 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente.

Componentes do custo líquido dos benefícios periódicos

O custo líquido dos benefícios periódicos inclui os seguintes componentes:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011	2010
Custo de serviços	\$ 2.691	\$ 2.062	\$ 1.557	\$ 1.330
Custo de juros	3.412	3.156	2.105	1.898
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	(3.788)	(3.381)	(2.418)	(2.158)
Amortização de:				
Obrigações de transição	—	—	174	174
Perda atuarial líquida não reconhecida	—	—	19	—
Custo de serviços anteriores	14	14	1.864	1.890
Custo líquido de benefícios periódicos	\$ 2.329	\$ 1.851	\$ 3.301	\$ 3.134

O valor estimado de ganhos ou perdas atuariais líquidos, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo líquido de benefícios periódicos durante 2012, é de US\$ 1.545 para o Plano de Pensões e US\$ 1.922 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e a conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação por benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início do exercício são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviço dos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondentes a cerca de 11,5 e 12 anos, respectivamente.

Os custos de serviços anteriores não reconhecidos são amortizados ao longo de 10,5 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 7,9 anos para o PBPA. Em 31 de dezembro de 2009, ocorreu um aditamento de plano no PBPA de US\$ 4.600. Os custos de serviços anteriores não reconhecidos para esse aditamento serão amortizados ao longo de 2,2 anos.

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações por benefícios e o custo líquido dos benefícios periódicos foi a seguinte:

	Plano de Pensões		PBPA	
	2011	2010	2011	2010
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	4,75%	5,75%	5,00%	6,00%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

	Plano de Pensões		PBPA	
	2011	2010	2011	2010
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo líquido dos benefícios periódicos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	5,75%	6,25%	6,00%	6,25%
Retorno a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	7,00%	6,75%	6,75%	7,25%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		

A taxa anual de retorno esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de retorno das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora dessas taxas de retorno na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação por benefícios são escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2011	2010
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2018	2018
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Custos médicos (não Medicare)	8,00%	8,50%
Custos médicos (Medicare)	7,00%	7,50%
Medicamentos	7,50%	8,00%
Custos odontológicos	5,50%	5,50%
Custos de aposentadoria fora dos Estados Unidos*	7,00%	7,50%

* Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
<i>Em milhares de US\$</i>	2011	2010	2011	2010
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 821	\$ 728	\$ (586)	\$ (526)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	10.114	7.488	(7.497)	(5.550)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento com alocações de ativos estratégicos de longo prazo foram criadas com a expectativa de que os retornos sejam suficientes para o atendimento das exigências de captação de longo prazo. As políticas incluem investimentos em títulos de renda fixa e títulos com correção monetária dos Estados Unidos para proteção parcial contra os efeitos de variações nas taxas de juros e de fatores inflacionários sobre os passivos do Plano de Pensões e do PBPA, bem como para proteção contra desinflação.

Os ativos do Plano de Pensões são investidos com uma meta de alocação entre 53% e 56% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívida de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 0% a 2% em imóveis públicos, 2% a 3% em imóveis particulares e 0% a 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do Plano de Pensões também são investidos com exposições de 5% em uma carteira central de títulos de renda fixa, 15% em títulos de renda fixa de longo prazo e 15% em títulos e valores mobiliários com correção monetária dos Estados Unidos.

Os ativos do PBPA são investidos com uma exposição de 55% a 58% em um pool bem diversificado de ações de mercados desenvolvidos, com 5% de meta de exposição em uma carteira central de títulos de renda fixa, 15% de meta de exposição em títulos de renda fixa de longo prazo e 15% de meta de exposição em títulos e valores mobiliários com correção monetária dos Estados Unidos.

As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	Plano de Pensões	PBPA
Ações dos Estados Unidos	25%	26%
Ações de outros países	24%	24%
Notas e títulos com correção monetária dos Estados Unidos	15%	15%
Títulos de renda fixa de longo prazo	15%	15%
Carteira central de títulos de renda fixa	5%	5%
Títulos e valores mobiliários de mercados emergentes	4%	4%
Dívida de mercados emergentes	3%	3%
Índices futuros de commodities	3%	3%
Renda fixa de alto rendimento	2%	2%
Imobiliário, público	2%	3%
Imobiliário, privado	2%	0%

Os riscos são administrados por monitoramento contínuo de cada categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa. Se os fluxos de caixa forem insuficientes para manter os percentuais visados, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica de cada instrumento pelo Comitê de Investimentos do BID.

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, mensurados ao valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração ao valor justo, com exceção de fundos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial líquido no curto prazo.

<i>Em milhares de US\$</i>	Plano de Pensões			31 de dezembro de 2011	Média ponderada das alocações
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 2.729	\$ 11.679	\$ —	\$ 14.408	25%
Ações de outros países	5.918	7.682	—	13.600	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.207	—	2.207	4%
Imobiliário, público	1.123	—	—	1.123	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa de longo prazo	7.543	1.083	—	8.626	15%
Carteira central de títulos de renda fixa	2.708	—	—	2.708	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.083	—	1.083	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	8.486	—	—	8.486	15%
Dívida de mercados emergentes	—	1.665	—	1.665	3%
Fundos de investimento imobiliário:					
Imobiliário, privado	—	—	1.284	1.284	2%
Índices futuros de commodities	—	60	—	60	0%
Fundos de investimento de curto prazo	1.224	722	—	1.946	3%
	\$ 29.731	\$ 26.181	\$ 1.284	\$ 57.196	100%

<i>Em milhares de US\$</i>	Plano de Pensões			31 de dezembro de 2010	Média ponderada das alocações
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 3.168	\$ 12.537	\$ —	\$ 15.705	29%
Ações de outros países	5.909	7.462	—	13.371	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.119	—	2.119	4%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa de longo prazo	8.338	—	—	8.338	15%
Carteira central de fundos de renda fixa	2.391	—	—	2.391	4%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	8.241	—	—	8.241	15%
Dívida de mercados emergentes	—	1.497	—	1.497	3%
Fundos de investimento de curto prazo	1.652	253	—	1.905	3%
Fundos privados de investimento imobiliário	—	—	1.147	1.147	3%
	\$ 29.699	\$ 23.868	\$ 1.147	\$ 54.714	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em milhares de US\$	PBPA			
	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2011	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.565	\$ 16.565	40%
Ações de outros países	—	9.831	9.831	24%
Fundos públicos de investimento imobiliário	396	—	396	1%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa de longo prazo	6.158	—	6.158	15%
Carteira central de títulos de renda fixa	2.017	—	2.017	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	6.086	—	6.086	15%
	\$ 14.657	\$ 26.396	\$ 41.053	100%

Em milhares de US\$	PBPA			
	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2010	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 14.081	\$ 14.081	39%
Ações de outros países	—	9.872	9.872	27%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Carteira central de fundos de renda fixa	7.151	—	7.151	20%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	4.145	—	4.145	11%
Fundos de investimento de curto prazo*	(158)	1.139	981	3%
	\$ 11.138	\$ 25.092	\$ 36.230	100%

* Inclui contratos futuros.

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado — inclui ações dos Estados Unidos e de outros países, fundos mútuos de renda fixa e títulos do Tesouro dos Estados Unidos com correção monetária. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Conforme exigido pela estrutura para mensuração pelo valor justo, não foram feitos ajustes nos preços cotados para esses títulos e valores mobiliários.

Nas combinações de fundos de títulos de dívida e de participação societária dos mercados emergentes com os fundos de investimento de curto prazo, sem negociação pública, eles são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação da data da mensuração. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os fundos privados de investimento imobiliário são mensurados ao valor justo com base em seu valor patrimonial líquido e são classificados como Nível 3, já que é incerto o prazo necessário para resgatar esses investimentos. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

Variações em ativos do Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

<i>Em milhares de US\$</i>	Mensuração do valor justo para os investimentos do Plano de Pensões utilizando dados não observáveis e significativos (Nível 3)
Em 1º de janeiro de 2010	\$ 1.067
Total de ganhos, líquido	240
Distribuições do resultado e vendas	(160)
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 1.147
Em 1º de janeiro de 2011	1.147
Total de ganhos, líquido	137
Compras	583
Distribuições do resultado e vendas	(583)
Em 31 de dezembro de 2011	\$ 1.284

O total líquido de ganhos e perdas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2011, incluído em variações no valor contábil de investimentos em Plano de Pensões devidas à variação em ganhos líquidos não realizados, com respeito aos ativos detidos, foi de US\$ 462 (US\$ 156 em ganhos líquidos em 31 de dezembro de 2010).

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA previstas para 2012 são de aproximadamente US\$ 1.700 e US\$ 3.703, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo quinquênio e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2011.

<i>Em milhares de US\$</i>	Plano de Pensões	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2012–31 de dezembro de 2012	\$ 1.400	\$ 500
1º de janeiro de 2013–31 de dezembro de 2013	1.800	600
1º de janeiro de 2014–31 de dezembro de 2014	2.000	700
1º de janeiro de 2015–31 de dezembro de 2015	2.100	800
1º de janeiro de 2016–31 de dezembro de 2016	2.400	800
1º de janeiro de 2017–31 de dezembro de 2021	16.000	6.300

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

17. Administração de recursos externos

A Corporação administra para doadores, inclusive países membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como taxa por serviços de consultoria na demonstração do resultado.

Anexos



Governadores e Governadores Suplentes

(em dezembro de 2011)

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Gudrun Kopp	Martin Dippl
Argentina	Hernán Lorenzino	Mercedes Marcó del Pont
Áustria	Maria Fekter	Edith Frauwallner
Bahamas	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
Barbados	Christopher Peter Sinckler	Grantley W. Smith
Bélgica	Steven Vanackere	Franciscus Godts
Belize	Dean Barrow	Joseph Waight
Bolívia, Estado Plurinacional da	Elba Viviana Caro Hinojosa	Luis Alberto Arce Catacora
Brasil	Miriam Aparecida Belchior	Carlos Augusto Vidotto
Chile	Felipe Larraín	Julio Dittborn
China, República Popular da	Xiaochuan Zhou	Yi Gang
Colômbia	Juan Carlos Echeverry Garzón	Hernando José Gómez Restrepo
Coreia, República da	Jaewan Bahk	Choongsoo Kim
Costa Rica	Fernando Herrero Acosta	Rodrigo Bolaños Zamora
Dinamarca	Susan Ulbæk	Thomas Djurhuus
El Salvador	Alexander E. Segovia Cáceres	Carlos Enrique Cáceres Chávez
Equador	Patricio Rivera Yáñez	
Espanha	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
Estados Unidos	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
Finlândia	Anne Sipiläinen	Jorma Julin
França	François Baroin	Ramón Fernández
Guatemala	Alfredo Del Cid Pinillos	Edgar Baltazar Barquín Durán
Guiana	Ashni Kumar Singh	
Haiti	André Lemercier Georges	Jude Hervey Day
Honduras	William Chong Wong	María Elena Mondragón Ordóñez
Israel	Stanley Fisher	Oded Brook
Itália	Mario Monti	Ignazio Visco
Jamaica	Audley Shaw	Wesley Hughes
Japão	Yun Azumi	Masaaki Shirakawa
México	José Antonio Meade Kuribreña	Gerardo Rodríguez Regordosa
Nicarágua	Alberto José Guevara Obregón	Manuel Coronel Novoa
Noruega	Ingrid Fiskaa	Aud Lise Nordheim
Países Baixos	Ben Knapen	Yoka Brandt
Panamá	Frank De Lima Gercich	Mahesh C. Khemlani
Paraguai	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
Peru	Luis Miguel Castilla Rubio	Carlos Augusto Oliva Neyra
Portugal	Vitor Gaspar	Maria Luís Albuquerque
República Dominicana	Daniel Toribio	Juan T. Montás
Suécia	Johan Borgstam	Per Örneus
Suíça	Beatrice Maser Mallor	Sybille Suter
Suriname	Gillmore Hoefdraad	Adelien Wijnerman
Trinidad e Tobago	Winston Dookeran	Bhoendradatt Tewarie
Uruguai	Fernando Lorenzo	Luis Porto
Venezuela, República Bolivariana da	Jorge A. Giordani C.	Ali Rodríguez Araque

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes (em dezembro de 2011)

	Diretor Executivo	Diretor Executivo Suplente
Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália, Países Baixos e República Popular da China	Mattia Adani	Ulrike Metzger
Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla	Martín Bès
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Richard L. Bernal	Kurt Kisto
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Carmen María Madríz	Carla Anai Herrera Ramos
Brasil e Suriname		Sérgio Portugal
Chile e Colômbia	Alejandro Foxley Tapia	Roberto Prieto Uribe
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Christian Pages	Marita Olson
Equador e Peru	Juan Valdivia Romero	Xavier Eduardo Santillán
Espanha, Israel, Japão, Portugal e República da Coreia	Yasuhiro Atsumi	Lilah Zlatokrilov-Shema
Estado Plurinacional da Bolívia, Paraguai e Uruguai	Hugo Rafael Cáceres	Hernando Larrazábal
Estados Unidos da América	Gustavo Arnavat	
México e República Dominicana	Cecilia Ramos Ávila	Muriel Alfonseca
Panamá e República Bolivariana da Venezuela	Adina Bastidas	Antonio De Roux

Órgãos de ligação (em dezembro de 2011)

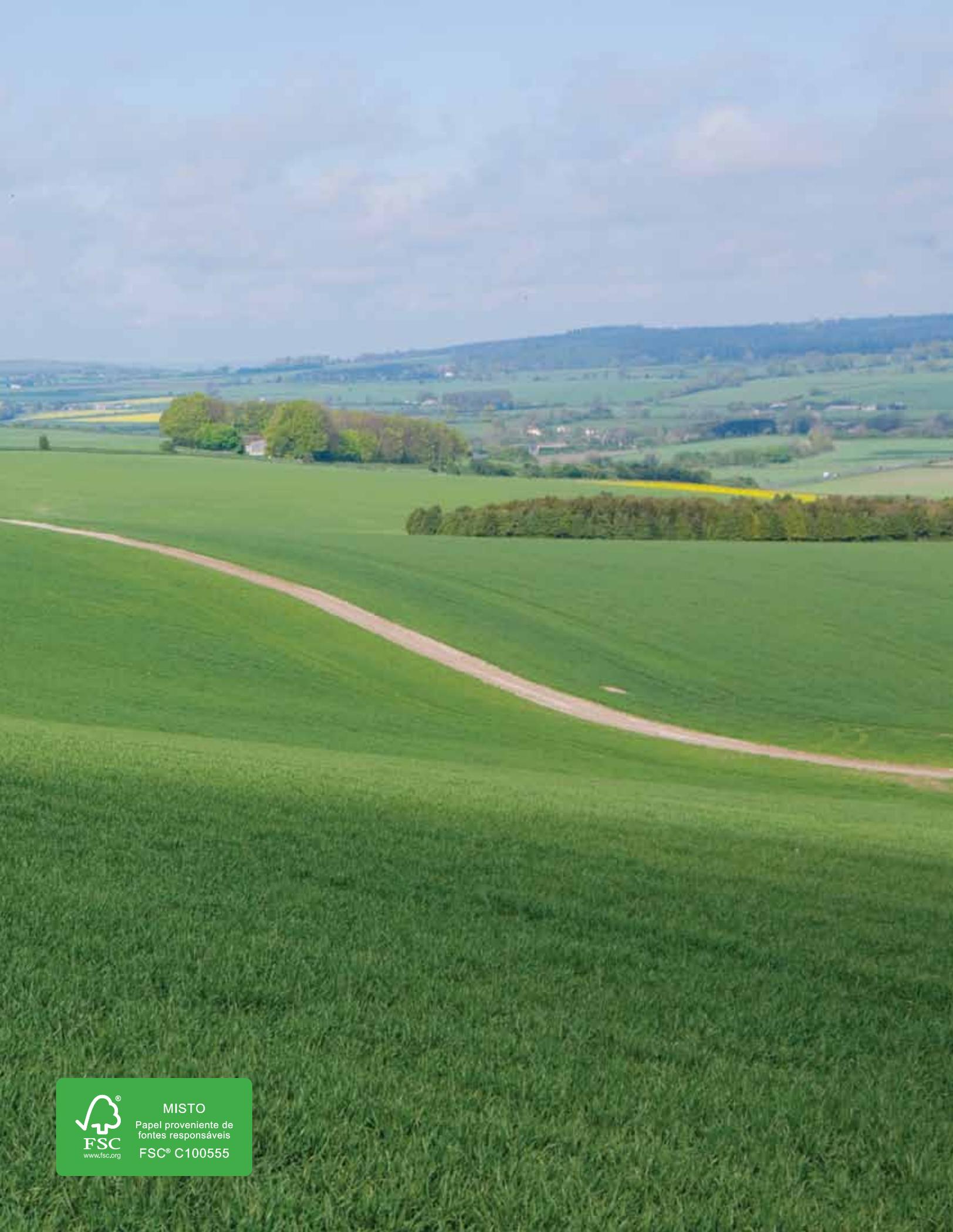
País	Instituição
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía y Finanzas Públicas
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des Finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development Investment and Trade
Bolívia, Estado Plurinacional da	Ministerio de Planificación del Desarrollo
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
China, República Popular da	People's Bank of China
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Coreia, República da	Ministry of Finance and Economy
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency (DANIDA)
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministerio de Relaciones Exteriores
França	Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais–Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela, República Bolivariana da	Banco de Desarrollo Económico y Social

Destaques financeiros

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2011	2010	2009	2008	2007
Demonstração do resultado					
Total das receitas	55.527	60.290	63.313	83.423	131.794
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	41.545	41.326	41.790	52.824	108.300
Total das despesas operacionais	33.090	28.686	25.876	24.732	21.638
Resultado	10.305	12.447	5.211	13.913	83.473
Balço patrimonial					
Empréstimos e participações societárias, líquido	975.383	817.402	823.317	878.726	800.446
Total do ativo	1.482.864	1.426.588	1.423.983	1.507.044	1.244.216
Captações e dívidas de longo prazo	658.504	634.118	645.556	733.817	498.966
Patrimônio líquido	777.746	773.051	758.879	744.249	734.540
Índices					
Retorno sobre o ativo médio	0,7%	0,9%	0,4%	1,0%	7,6%
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	1,3%	1,6%	0,7%	1,9%	12,6%
Endividamento/patrimônio líquido	85%	82%	85%	99%	68%
Patrimônio líquido/ativo	52%	54%	53%	49%	59%
Liquidez/total do ativo	33%	42%	41%	40%	33%
Despesa administrativa/ativo médio relacionado ao desenvolvimento	3,5%	3,2%	2,8%	2,8%	2,7%

Destaques operacionais

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2011	2010	2009	2008	2007
Aprovações					
Número de projetos	71	49	40	64	62
Número de países	18	15	17	18	15
Volume de aprovações	464.681	374.775	300.810	300.548	470.178
Mobilização de recursos	471.637	536.000	283.000	300.600	273.700
Desembolsos					
Volume de desembolso	442.703	349.970	141.800	263.200	318.800
Volume de mobilização	547.814	287.606	63.000	187.718	243.944
Carteira de investimentos					
Número de projetos	209	210	203	201	157
Carteira de ativos relacionados ao desenvolvimento em aberto	1.020.349	873.938	889.794	933.850	839.927
Provisão para perdas	44.966	56.536	66.477	55.124	39.481
Ativos com redução do valor recuperável	9.892	35.097	31.160	1.092	1.000
Cobertura de ativos com redução do valor recuperável	454%	161%	213%	5.046%	3.948%
Porcentagem de empréstimos inadimplidos	1,6%	3,0%	0,65%	0,56%	0,0%
Assistência técnica					
Aprovações de doadores	4.417.100	5.201.131	3.288.405	2.348.020	2.277.655
Número de atividades de assistência técnica realizadas	204	351	150	96	112
Beneficiários	1.725	986	770	349	141



MISTO
Papel proveniente de
fontes responsáveis
FSC® C100555



Corporação Interamericana
de Investimentos

SEDE

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Tel.: +1 (202) 623-3900
Fax: +1 (202) 623-3815

NA REGIÃO

ARGENTINA

Esmeralda 130 Piso 17
C1035ABD, Buenos Aires, Argentina
Tel.: + (54 11) 4320-1864
Fax: + (54 11) 4320-1831/7

CHILE

Avda. Pedro de Valdivia 0193
Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago, Chile
Tel.: + (562) 431-3719
Fax: + (562) 374-2436

COLÔMBIA

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Davivienda
Bogotá, Colômbia
Tel.: + (571) 325-7000/7058
Fax: + (571) 325-7057

COSTA RICA

Centro Corporativo El Cedral
Edificio A, Piso 4
300 mts al este del Peaje
Autopista Próspero Fernández
Tremos Montealegre, Escazú
Apartado postal 1343-1250
San José, Costa Rica
Tel.: + (506) 2588-8748
Fax: + (506) 2288-7032

EL SALVADOR

Edificio World Trade Center
4º Nivel
Calle El Mirador y 89 Avenida Norte
San Salvador, El Salvador
Tel.: + (503) 2233-8900 ext. 2201
Fax: + (503) 2233-8921

GUATEMALA

3ª Avenida 13-78
Zona 10
Torre Citigroup
10 nivel
Ciudad de Guatemala, Guatemala
C.P. 01010
Tel.: + (502) 2379-9393
Fax: + (502) 2379-9301

NICARÁGUA

Boulevard Jean Paul Genie
de la Rotonda Jean Paul Genie
970 mts al oeste (M/D)
Managua, Nicarágua
Tel.: + (505) 2264-9080
Fax: + (505) 2264-9153

PARAGUAI

Quesada 4616 esq. Legión
Civil Extranjera – Piso 2
Asunción, Paraguai
Tel.: + (595 21) 616-2320
Fax: + (595 21) 615-681

PERU

Calle Dean Valdivia No. 148
Piso 10
Lima 27, Peru
Tel.: + (511) 215-7800
Fax: + (511) 442-3466

URUGUAI

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguai
Tel.: + (598) 2915-3696
Fax: + (598) 2916-2607